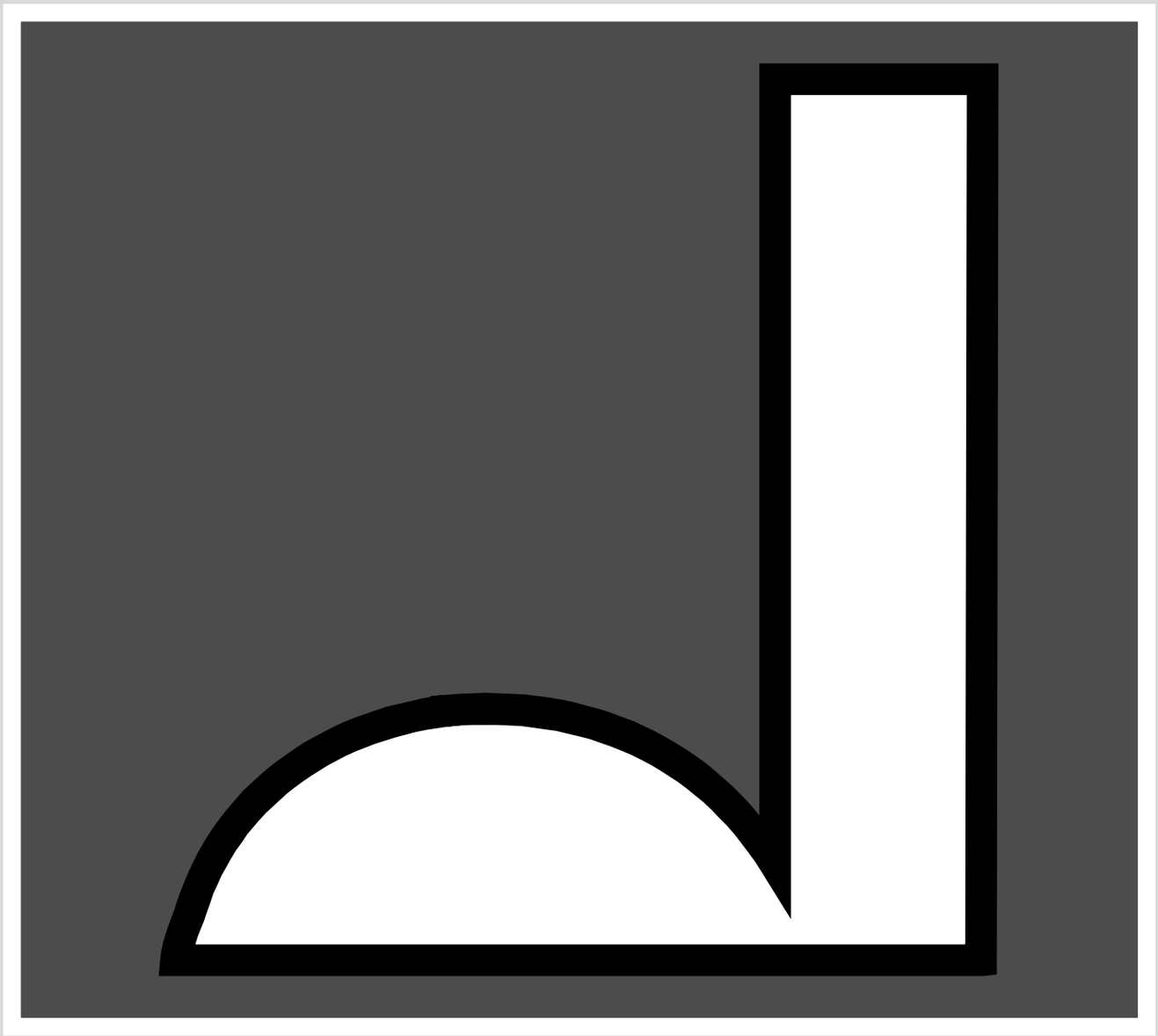
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 140 – SEXTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI
3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23
(PT, PTB, PSB, PL)

Líder
Tião Viana (PT-AC)

Vice-Líderes
Antônio Carlos Valadares (PSB)
Magno Malta (PL)
Fernando Bezerra (PTB)
Roberto Saturnino (PT)
Ana Júlia Carepa (PT)
Flávio Arns (PT)
Ideli Salvatti (PT)
Geraldo Mesquita Júnior (PSB)

LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 29
(PFL – PSDB)
Líder
Efraim Morais (PFL-PB)

Vice-Líderes
Eduardo Azeredo (PSDB)
Rodolpho Tourinho (PFL)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Aloizio Mercadante (PT-SP)

Vice-Líderes
João Capiberibe (PSB)
Fernando Bezerra (PTB)
Patrícia Saboya Gomes (PPS)
Hélio Costa (PMDB)
Marcelo Crivella (PL)

LIDERANÇA DO PMDB - 22

Líder
Renan Calheiros (PMDB-AL)

Vice-Líderes
Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PFL -18

Líder
José Agripino (PFL-RN)

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge

LIDERANÇA DO PSDB – 11

Líder
Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT - 4

Líder
Jefferson Péres (PDT-AM)

Vice-Líder
Almeida Lima

LIDERANÇA DO PPS – 3

Líder
Mozarildo Cavalcanti (PPS-RO)

Vice Líder
Patrícia Saboya Gomes

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Sérgio Castro
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)
Atualizado em 26 08.2003

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 113ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE SETEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Presença em Plenário do Senhor Vice-Presidente da República, Doutor José Alencar, para debater as questões relativas às transposições das águas do rio São Francisco. 26112

1.2.2 – Exposição do Senhor Vice-Presidente da República, Doutor José Alencar

1.2.3 – Fase de interpelações

Senador Garibaldi Alves Filho..... 26123
Senador Eduardo Azeredo..... 26124
Senador Almeida Lima..... 26127
Senador Fernando Bezerra..... 26129
Senador Roberto Saturnino..... 26131
Senador Antonio Carlos Valadares..... 26132
Senador Marcelo Crivella..... 26135
Senador José Agripino..... 26136
Senador José Maranhão..... 26137
Senador Teotônio Vilela Filho 26139
Senador José Jorge 26140
Senadora Heloísa Helena 26141
Senador Pedro Simon..... 26143
Senador Tasso Jereissati..... 26144
Senador Alberto Silva 26144
Senador Leomar Quintanilha..... 26145
Senador Aelton Freitas 26146

1.2.4 – Considerações finais do Senhor Vice-Presidente da República, Doutor José Alencar

1.2.5 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

Agradecimento ao Senhor Vice-Presidente da República, Doutor José Alencar. 26149

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 102, de 2003..... 26150

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.689 a 4.691, de 2003 26150

Apostilas referentes aos Atos nºs 1.376/96 e 260/93..... 26153

4 – CONVÊNIO

Nº 18 e 19, de 2003. 26155

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 113ª Sessão Deliberativa Ordinária em 4 de Setembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – Delcidio Amaral – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Leomar Quintanilha – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Osmar Dias – Papaléo Paes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Com muita honra, comunico à Casa que se encontra no plenário o Sr. Vice-Presidente da República, Dr. José Alencar, que atendeu ao nosso convite para aqui debater as questões relativas às transposições das águas do rio São Francisco.

Convido S. Exª a participar da Mesa. (Pausa.)

Encontra-se também no plenário desta Casa o Sr. Ministro Ciro Gomes.

Convido S. Exª a compor a nossa Mesa. (Pausa.)

Quero assinalar, uma vez mais, a alegria e a honra de recebermos nesta Casa o Vice-Presidente, José Alencar, homem que, durante tanto tempo como Senador, prestou grandes serviços ao País nesta Casa, que abrilhantou durante o período em que exerceu o seu mandato.

Concederei a palavra ao Sr. Vice-Presidente da República, que terá trinta minutos para a sua exposição. Em seguida, será concedida a palavra aos debatedores indicados pelas lideranças, que terão dez minutos cada um para a sua exposição.

Encontra-se também no recinto desta Casa o Sr. Ministro dos Transportes, o Sr. Anderson Adauto, a quem convido para participar da Mesa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Vice-Presidente da República, Dr. José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Pedi ao Presidente que me permitisse falar da tribuna para matar a saudade, pelo menos por alguns minutos, do Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senado sempre estará à disposição para matar as saudades de V. Exª.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Exmº Sr. Presidente José Sarney, Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, ilustres convidados, autoridades que prestigiam esta nossa passagem pelo Senado, que tem como objetivo, como todos sabem, debater os aspectos ligados a um trabalho que visa à revitalização e à transposição de águas do rio São Francisco, como todos sabem, desde 1847, Dom Pedro II teve um sonho: levar água ao semi-árido setentrional, região denominada "coração da seca", no Nordeste.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu-me que coordenasse um grupo de trabalho do qual fazem parte cinco Ministérios: o Ministério da Integração Nacional, cujo titular, Ministro Ciro Gomes, está presente nos prestigiando; o Ministério da Fazenda; o Ministé-

rio do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Casa Civil e o Ministério do Meio Ambiente.

Ao iniciarmos as operações de demonstração das idéias, convidamos para participarem conosco os diretores do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, cujo Presidente, Dr. José Carlos Carvalho, está aqui com outros membros da Diretoria do Comitê, e representantes dos Estados de Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, além, naturalmente, dos outros Estados que também participam da bacia, como Tocantins – aqui representado pelo Senador Eduardo Siqueira Campos – e Distrito Federal.

O propósito é exibir com clareza, com absoluta transparência, todas as idéias, já que transposição de águas e obras de engenharia nesse setor sempre preocupam. A rigor, qualquer obra de engenharia é fator de agressão à natureza, especialmente uma que propõe transpor águas de uma bacia para outra.

O programa será exibido rapidamente, ainda que seja grande, porque contempla toda a bacia, começando pelo Estado onde nasce o rio São Francisco, Minas Gerais, e passando pela Bahia, por Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Além disso, mostra as obras denominadas eixos de transposição – eixo norte, leste, oeste e sul –, previstas no projeto, e os estudos feitos por Minas Gerais, pela Bahia, por Sergipe e Alagoas, que contêm também os pleitos de cada um desses Estados afetados pelos problemas do rio.

Há uma preocupação muito grande com o desmatamento no curso do rio São Francisco, o que agrava a erosão e, portanto, o seu assoreamento. Por essa razão, o trabalho contempla um programa cuidadoso de desassoreamento, de recomposição da vegetação ciliar em toda a extensão do rio e de tratamento de seus principais afluentes.

Na exposição será mostrado que em Minas Gerais, por exemplo, três afluentes principais do rio - o rio das Velhas, o Urucuia e o Paracatu – serão contemplados com algumas obras que enriquecerão suas vazões. Além disso, há um trabalho sério em todos os Municípios ribeirinhos, que são cerca de quinhentos – no Estado de Minas Gerais são cerca de duzentos e quarenta, além dos que estão na Bahia, em Pernambuco, Sergipe e Alagoas –, os quais precisam de tratamento de esgoto sanitário e cujas indústrias deverão se aparelhar para o tratamento de efluentes industriais.

Esse programa não pode ser realizado apenas por um Governo, mas pode ser iniciado e ter consistência no futuro, porque há iniciativas do Senado tramitando no Congresso Nacional, a partir de um projeto do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, de Sergipe. A proposta de S. Exª foi aprovada no Senado Federal e está tramitando na Câmara dos Deputados, já tendo passado pela Comissão de Constituição e Justiça, e prevê que 0,5% da receita líquida da União será destinado, durante vinte anos, para execução e manutenção da revitalização do São Francisco.

Não posso alongar minhas palavras porque preciso aproveitar os trinta minutos que me foram dados para uma apresentação visual, se o Presidente me permitir, após a qual, penso, será mais fácil o diálogo entre os Senadores interessados em qualquer detalhe.

Se V. Exª me permite, eu pediria que fossem demonstradas, na tela, as idéias que trouxe para apresentar ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem absoluta liberdade para compor a sua exposição.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Muito obrigado.

(Procede-se à projeção de vídeo.)
(Início às 14h47min e término às 15h48min.)

SEGUE TEXTO PARA LOCUÇÃO DO VÍDEO "PROGRAMA SÃO FRANCISCO"

Programa São Francisco

Ao longo dos séculos a seca tem representado para o nordeste um verdadeiro flagelo.

Famílias obrigadas a abandonar suas casas e seus pertences em busca de condições de sobrevivência.

Nesses últimos quatro séculos, inúmeras foram as grandes secas.

Foram séculos de sofrimentos e de providências que em nada resultaram.

Exemplos existem, no entanto, onde a criatividade e a engenhosidade venceram as dificuldades impostas pela natureza.

Um destes exemplos nos é dado pelos egípcios que, há cinco mil anos, com os recursos rudimentares que dispunham, se valeram das águas do Nilo para viabilizar a vida além de suas margens; prevaleceu aí, a determinação de um povo realizador.

Não foi por acaso que eles também construíram as pirâmides que hoje testemunham o resultado do esforço iniciado naquela época e continuado até os nossos dias, com obras cada vez mais modernas e eficazes; o deserto do Saara hoje, apresenta manchas de um verde exuberante, que garantem condições para a existência de núcleos urbanos como a cidade de Gisa ao fundo, próximo ao Cairo, e propiciam

oportunidades para o desenvolvimento de suas populações.

Entre nós, as tentativas de levar águas do Rio São Francisco para o Semi-Árido Setentrional datam da época de D. Pedro II; de lá para cá muitos estudos foram realizados, todos, porém, na mesma linha de atendimento ao Semi-Árido Setentrional, provavelmente por ser ele a mais freqüente vítima das secas por se encontrar nele o que se convencionou chamar de coração da seca, área onde a probabilidade de ocorrência de seca ultrapassa a casa dos 80%.

Naquela época chegou a ser traçado um canal, saindo das proximidades da cidade de Santa Maria da Boa Vista e chegando ao Riacho dos Porcos, pontos de partida e chegada bem próximos dos adotados pelos diversos estudos conhecidos o que mostra que, apesar da imprecisão dos mapas topográficos eles detinham um grande conhecimento da região.

A visão do atual Governo, no entanto, é outra! O objetivo de sua atuação está ampliado, e o esforço, agora, não está direcionado só para o atendimento das necessidades do Semi-Árido Setentrional e, sim, voltado para todo Semi-Árido brasileiro; o que está sendo proposto é um grande programa capaz de beneficiar todos os estados da região Semi-Árida e da Bacia do Rio São Francisco, com soluções para seus problemas decorrentes da falta d'água, da degradação ambiental dos rios da bacia, da contaminação das águas naturais por falta de saneamento básico ou ainda por conta da devastação das matas ciliares.

A idéia agora é, em parceria com os estados, decidir o que exatamente deverá ser feito. Nunca, na história brasileira, houve um programa tão abrangente e efetivo para resolver o drama centenário da seca-problema hídrico do semi-árido, inclusive a revitalização da bacia do Rio São Francisco. Assim, com o Programa São Francisco, o governo estará atacando de frente, para combater e debelar esse mal que aflige uma parcela significativa da população brasileira. Seguindo, finalmente, o exemplo de outros países que adotaram, com sucesso, soluções semelhantes. Estará transformando regiões pobres e áridas em áreas produtivas e com potencial de crescimento, que as tornarão capazes, não só de atrair investimentos, como, também, e principalmente, de reduzir a migração de seus filhos.

Vamos dar razão, no começo do século 21, ao que o historiador João Ribeiro disse no final do século 19: que o Rio São Francisco é "o grande caminho da civilização brasileira".

O que foi convencionado chamar de PROGRAMA SÃO FRANCISCO abrange a revitalização do Rio São Francisco e um conjunto de obras estruturantes que atendem a todo o Semi-Árido brasileiro.

Mostra-se aqui a área de abrangência da Bacia do São Francisco, delimitada em vermelho, e a extensão do polígono das secas, delimitada em verde.

Como sabemos, é a região mais pobre do Brasil, com menor PIB **per capita** e menor Índice de Desenvolvimento Humano, abrigando uma população de 18 milhões de pessoas, configurando-se como a maior população de semi-árido no mundo.

O rio São Francisco encontra-se em grande estadoprocesso de degradação ambiental em toda a sua extensão, que abrange os trechos do Alto, Médio, Sub-Médio e Baixo São Francisco. Porém, o problema da degradação apresenta características diferentes em cada região, o que pede soluções diferenciadas para cada problema.

No Nordeste, estão disponíveis somente 3% de toda a água do Brasil, sendo que, destes, 75% correspondem ao Rio São Francisco.

Na região do Alto São Francisco, no Estado de Minas Gerais, onde o índicea incidência de chuvas é o a maior da bacia, o desmatamento intensivo e a predominância de solos arenosos tem têm causado uma erosão de grandes proporções nas suas margens e de seus afluentes. Assim, os detritos vão se acumular na região do Médio São Francisco, em Minas e na Bahia, onde as velocidades de escoamento são menores. Esta é a origem dos extensos depósitos de areia que modificam a calha do rio, alargando-a e tornando-a mais rasaacentuada em algumas áreas, que leva ao aumento da carga de sedimentos transportada pelos rios e ao conseqüente assoreamento das calhas principais, alargando-as e tornando-as mais rasas em diversos trechos.

Ressaltamos que aA modificação da calha do Rio São Francisco, sobretudo na área do Médio São Francisco, em território baiano, não altera sua vazão, que tem se mantido nos mesmos padrões há décadas, pois essa vazão corresponde a às uma parcela das chuvas que caem têm caído inexoravelmente sobre a bacia, que tem se mantido nos mesmos padrões há décadas.

Como exemplo desse assoreamento, pode-se ver, nessa imagem obtida a partir do **space shuttle**, a região montante do reservatório de Sobradinho, onde existem extensos depósitos de areia. A coloração da água, mais clara, indica grande volume de sedimentos em suspensão.

No Baixo São Francisco, atingindo principalmente osna área dos Estados de Alagoas e Sergipe,

a presença das barragens e usinas hidrelétricas da Chesf mudou substancialmente o regime do rio. Porque, regularizado, ele diminuiu a incidência de cheias. Isso determinou uma modificação importante, por exemplo, no processo de fertilização de suas margens, e mesmo no ecossistema neste trecho do rio.

Na bacia do Rio São Francisco existem cerca de 500 municípios, sendo que 240 deles estão situados em Minas Gerais. Esses municípios, em sua maioria, não têm saneamento básico. Isso resulta em uma degradação substancial da qualidade da água do rio e de seus afluentes, como ossobretudo no Rios das Velhas, Paracatu e Urucuia.

Os governos de cadados estados banhados pelo São Francisco tem têm estudado o problema da degradação ambiental da bacia e dispõem de propostas de competentemente, ações para a correção dos problemas apontados.

Essas propostas, ainda em forma de estudos-preliminar, poderão ser transformadas em projetos e incorporadas ao Programa São Francisco.

O Estado de Minas Gerais, por exemplo, tem um programa de revitalização do Rio São Francisco, cujo escopo abrange os seguintes programas:

- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Geração, Difusão e Transferência de Conhecimento e Tecnologia;
- Programa de Implantação de Obras Hidráulicas;
- Programa de Melhorias da Infra-Estrutura Viária Rural;
- Programa de Recomposição da Cobertura Vegetal;
- Programa de Recuperação e Preservação de Áreas Degradadas e Manejo Sustentável do Solo; e
- Programa de Saneamento Ambiental.

Outro exemplo é o Plano Piloto da Bahia, que diz respeito a um terço da extensão do rio no Estado, entre Ibotirama e Juazeiro. Seu objetivo é, essencialmente, recuperar e conformar a calha para conferir a ele condições de navegabilidade no trecho. Os procedimentos a serem implementados são os seguintes:

Entre Ibotirama e Pilão Arcado, recuperar e estabilizar as margens erodidas e solapadas, utilizando-se tecnologias de contenção mecânica de taludes fragilizados e a construção de espigões que assegurem a estabilização do leito menor do rio;

Implantar, nas imediações da cidade de Barra, um campo de testes em escala real, objetivando o dimensionamento de espigões e outras construções que venham a estabilizar o talvegue e a promover a "lavagem" do leito fluvial através da eliminação dos bancos de areia móveis, como executado com sucesso nos rios Mississipi, Reno, Danúbio e outros;

Viabilizar de forma definitiva a navegação fluvial entre a eclusa de Sobradinho e Juazeiro / Petrolina, através de derrocamentos localizados e a implantação de diques transversais ao fluxo;

Consolidar Juazeiro e Petrolina como os mais importantes pólos empresariais e de interface de transportes do interior do Nordeste.

Ainda no Plano Piloto da Bahia, existem outras ações de importância para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio São Francisco que são:

- Aumentar a oferta de energia e elevar as vazões regularizadas para o consumo humano e agrícola;
- Impulsionar alternativas no sentido da atração empresarial e alavancagem de atividades econômicas regionais, como fruticultura irrigada, aqüicultura e agricultura familiar, sempre respeitando a cultura humana e as características e peculiaridades ambientais do semi-árido;
- Viabilizar e efetivar pólos regionais de desenvolvimento sustentável ao longo do curso fluvial;
- Converter o Rio São Francisco na mais importante artéria de transporte intermodal do interior do semi-árido, incentivando a movimentação de cargas regionais, a integração entre o Sudeste e o Nordeste;
- Avançar os programas de promoção social, de educação, de saúde e de ensino profissionalizante;
- Implantar obras e programas de saneamento básico e destinação dos resíduos sólidos das cidades ribeirinhas, principalmente na forma de proteção à saúde e ao bem-estar dos ribeirinhos;
- Utilizar mão-de-obra regional para as obras de revitalizaçâo do leito do rio São Francisco.

Há, também, propostas de ações para o baixo São Francisco, abrangendo os estados de Alagoas e

Sergipe, que poderão fazer parte do Programa São Francisco e que tem, prevendo as seguintes ações a serem implementadas:

- Estudos de contenção da erosão das margens nas várzeas endicadas (matas ciliares);
- Promoção da sustentabilidade econômica e gestão das várzeas endicadas / irrigadas;
- Estudo de viabilidade de ocupação racional nas APAs das Várzeas Livres;
- Saneamento, definição da função ambiental e do uso racional das Lagoas Marginais;
- Pesca Fluvial – controle, organização, cadeia produtiva (espécies), gestão, sustentabilidade ambiental da pesca através de tanques-rede;
- Avaliação do transporte de sólidos em suspensão na cascata de usinas hidrelétricas e produzidos na bacia do Baixo São Francisco;
- Avaliação dos ganhos e perdas econômico-financeiros (energéticos) com diferentes restrições na UHE Xingó. Avaliação da barragem de regulação à jusante em função da flexibilidade operacional da usina e dos benefícios a jusante;
- Saneamento básico, englobando sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário;
- Fomento de atividades turísticas;
- Zoneamento econômico-ecológico;
- Irrigação fora das várzeas e piscicultura;
- Estudos dos cenários socioeconômicos da área;
- Programas de desenvolvimento setorial (saúde, educação e infra-estrutura) assistência técnica, gestão ambiental e desenvolvimento institucional;
- Avaliação da vazão mínima e anteprojeto de eventual revisão da cota das captações fluviais para garantia do suprimento hídrico de usos diversos;
- Avaliação dos projetos de assentamento fundiário e proposta de modelos alternativos para a agricultura familiar de sequeiro;
- Estudo da ocupação do solo, da estrutura fundiária e das potencialidades de reforma e ativação produtiva voltada aos usos sustentáveis;
- Proposta para sistema integrado de pesquisa e desenvolvimento e capacitação técnica de Alagoas e Sergipe.

A avaliação dos programas, estudos e projetos disponíveis mostrou uma série de obras consideradas estruturantes, que passaram a compor o que se denomina Programa São Francisco. Essas obras são:

- Eixo Norte, que abastece os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará;
- Eixo Leste, que abastecerá os estados de Pernambuco e Paraíba;
- O Canal Sertão Alagoano, que abastece o Sertão de Alagoas;
- O Canal de Xingó no sertão de Sergipe;
- O Eixo Sul, que levará água para o nordeste da Bahia e sertão do de Sergipe, utilizando-se dos rios Vaza-Barris, Itapicuru e Jacuípe;
- Projeto de Transposição do Tocantins – PTTO –, que transferirá um determinado volume de água da Bacia do Tocantins, retirado de seus afluentes, para a Bacia do São Francisco, a partir do Rio Preto;
- Para o Estado de Minas Gerais, está prevista a inclusão de um conjunto de barragens nos afluentes do São Francisco, especificamente nos rios das Velhas, Paracatu e Urucuia. A utilização das barragens está sendo estudada para contenção de cheias e retenção de sólidos em suspensãofins múltiplos, como contenção de cheias, geração de energia, irrigação e outros. No trecho do Médio São Francisco, a montante de Sobradinho, nos estados de Minas e Bahia, haverá uma disponibilidade hídrica adicional de cerca de 250 metros cúbicos por segundo, devido à regularização provida por essas barragens;
- Ainda em Minas, outras obras com projetos mais desenvolvidos ou já em construção compõem o Programa São Francisco, mesmo em rios não perten-

centes à bacia, mas que solucionam problemas de mesma natureza. Essas obras são: Berizal, no Vale do Rio Pardo; Congonhas e Setúbal, no Vale do Jequitinhonha; e Jequitaí I e II, no Rio Jequitaí, afluente do São Francisco.

Os Eixos Norte e Leste, que estão com seus projetos em estágio bem mais avançado que a maioria dos outros, têm conceitos que devem ser detalhados, pois também se aplicam às conceituações dos outros estudos.

Uma das questões que se impõe é a utilização alternativa da água subterrânea, cuja distribuição está controlada pela presença de bacias sedimentares, como mostrado. Principalmente as bacias que contêm os aqüíferos Tucano, Potiguar, do Araripe, Costeiro, Urucuia e da bacia do Gurguéia, no Piauí, dentre outras.

Esses aqüíferos têm uma distribuição espacial e uma disponibilidade volumétrica restritas, o que os enquadra em um conceito de utilização localizada e de vazão com magnitude muito inferior à necessária para o atendimento generalizado do semi-árido.

A exploração explotação desses aqüíferos já é uma realidade para usos locais. Porém, eles não têm disponibilidade para atender às áreas fora das bacias sedimentares denominadas geologicamente de cristalino, mostradas em branco na figura. É onde a água disponível encontra-se armazenada nas fissuras das rochas - daí a denominação de aqüíferos fissurais.

A água disponível nos aqüíferos fissurais é sistematicamente de baixa qualidade, devido à presença de grandes quantidades de sais dissolvidos, e não tem as disponibilidades volumétrica e de recarga necessárias ao atendimento das demandas futuras.

Assim, o abastecimento em grande escala dos grandes vazios mostrados em branco na figura só tem a alternativa do uso do Rio São Francisco, através de obras estruturantes com canais de grande porte.

Uma das motivações que levou à implantação dos eixos Norte e Leste é a distribuição das secas no nordeste setentrional que, após levantamentos detalhados, mostrou-se concentrada em zonas de probabilidades que têm, na região central, um valor maior que 80%. Isso significa que toda ocorrência de seca, quase com certeza, vai atingir essa zona, convencionalmente chamada “O coração da seca”.

Vemos, então, que o traçado desses eixos cai dentro desse “coração da seca”, que abrange, ainda, parte do eixo Sul no nordeste da Bahia.

O eixo Norte parte do Rio São Francisco, nas proximidades de Cabrobó, cruzando Pernambuco em direção aos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Ele tem 500 quilômetros de extensão e uma vazão de dimensionamento de 99 metros cúbicos por segundo. Em outras palavras, o canal operará com vazões variadas até o máximo de 99 metros cúbicos por segundo.

O eixo Leste parte do reservatório de Itaparica, atendendo Pernambuco e Paraíba, tendo uma extensão de 220 km e uma vazão de dimensionamento de 28 metros cúbicos por segundo.

Assim, a maior vazão que passará nos canais dos dois eixos terá um máximo de 127 metros cúbicos por segundo e um valor médio de longo prazo de 63 metros cúbicos por segundo.

O conceito operacional dessa transposição, que se estende para outros eixos, não é de perenização dos rios envolvidos na transposição, mas, sim, de garantia do suprimento hídrico dos reservatórios existentes e planejados nessa área.

Em outras palavras, o sistema previsto funcionará de forma complementar à operação dos reservatórios em cada estado, que estão mostrados em vermelho nesta tela.

Todos os reservatórios inventariados, existentes ou planejados, somam 108, distribuídos 20 no Rio Grande do Norte, 24 no Ceará, 28 em Pernambuco e 36 na Paraíba.

Esses reservatórios operarão de forma integrada, visando a atender consistentemente à evolução das demandas de cada estado.

Nos quatro estados, a operação do sistema abrangerá uma área de aproximadamente 290 mil quilômetros quadrados dentro do semi-árido, habitada por 9.600.000 pessoas, correspondendo a 53% da população do semi-árido em somente 36% de sua área.

A abrangência do sistema dos eixos Norte e Leste está mostrada nesta tela, onde a zona em azul corresponde à área de influência direta e a zona mais clara corresponde à área de influência indireta.

Outro conceito, exclusivo desse projeto, que não encontra paralelo em estudos semelhantes, é o da sinergia hídrica.

Atualmente, os reservatórios da região são operados de forma conservativaconservadora, pois não têm garantia de suprimento. Em outras palavras, a época das chuvas é aproveitada para mantê-los cheios, de forma que a água dure o maior tempo possível, à espera da próxima chuva.

Com isso, nos períodos chuvosos, os reservatórios tendem a ficar com um nível d'água alto, aumentando as perdas por evaporação e por vertimento.

As perdas por evaporação aumentam à medida que aumenta a área de espelho d'água, ou seja, quanto mais sobe o nível do reservatório.

As perdas por vertimento se dão por falta de capacidade dos reservatórios de reter a água, por falta de espaço.

Garantindo-se o suprimento de água, por meio do sistema de transposição, os reservatórios podem ser operados em níveis mais baixos, diminuindo a perda por evaporação e criando espaço para armazenar a água das chuvas, aumentando, então, a disponibilidade de água além daquela bombeada, pois á a água, até então perdida por vertimento, fica armazenada para uso de acordo com as demandas.

Por exemplo, em uma medição efetuadaestudos efetuados no açude Armando Ribeiro Gonçalves, verificou-se que, do volume disponível, 17% foram são perdidos por evaporação, 61% perdidos por vertimento, sendo somente 22% utilizados efetivamente.

Resumindo, a operação integrada e otimizada dos reservatórios e da transposição permite que apareça mais água do que somente a bombeada, dando origem ao conceito de sinergia hídrica.

Os estudos de integração regional mostram que a oferta local de água, a partir da capacidade de todos aqueles 108 reservatórios inventariados, existentes e planejados, é de 77 metros cúbicos por segundo.

Esses mesmos estudos mostram que a demanda de água em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, área abrangida pelo projeto, será de 96 metros cúbicos por segundo no ano de 2010, e de 164 metros cúbicos por segundo em 2025.

Conseqüentemente, os déficits hídricos, no mesmo período, serão de 19 metros cúbicos por segundo e 87 metros cúbicos por segundo.

Assim, a implantação do sistema de transposição dos eixos Norte e Leste permitirá uma garantia de vazão média de 63 metros cúbicos por segundo que, adicionada da vazão de sinergia de 30 metros cúbicos por segundo e da oferta existente, garantirá uma disponibilidade de 170 metros cúbicos por segundo.

É importante ressaltar que os 30 metros cúbicos por segundo de água são oferta local, propiciada pela operação otimizada dos reservatórios.

Outro conceito utilizado na elaboração do projeto é o da recuperação da energia elétrica utilizada para o bombeamento da água.

Pode-se descrever esse conceito a partir do eixo Norte, que utiliza três estações de bombeamento entre o Rio São Francisco e o divisor de águas entre Pernambuco e Ceará.

A partir daí, o escoamento da água se dá por gravidade, utilizando os desníveis topográficos abruptos para a instalação de usinas hidrelétricas que operam simultaneamente à operação das bombas, injetando energia em um sistema de transmissão praticamente isolado, utilizado somente para o eixo Norte.

Essas usinas são distribuídas da seguinte forma: duas imediatamente após o divisor de águas; duas na derivação para o Rio Salgado, afluente do Jucuipe no Ceará; e três na derivação para a Bacia do Rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte.

As potências instaladas nas bombas somam 214 megawats e as usinas hidrelétricas produzem 175 megawats, resultando um pequeno déficit de 39 megawats.

Outra forma de ilustrar essa questão é mostrar que o bombeamento é necessário para vencer um desnível topográfico de 180 metros e que a geração recupera o equivalente a 120 metros. Conseqüentemente, a energia que deve ser efetivamente adquirida corresponde a um recalque de somente 60 metros.

Por outro lado, no eixo Leste não é possível a recuperação de energia do bombeamento, que deve vencer um desnível de aproximadamente 300 metros. Entretanto, esse eixo mostra-se viável, pois se destina basicamente ao abastecimento humano, excetuando-se um projeto de irrigação no Estado de Pernambuco, nas proximidades do açude Poço da Cruz.

Esse eixo destina-se a atender as regiões agrestes da Paraíba e de Pernambuco, seguramente as mais críticas em termos de demanda e de oferta local em toda a região semi-árida.

Os outros projetos de transposição que compõem o programa São Francisco são os seguintes:

Eixo Oeste, que partindo do reservatório de Sobradinho alimentará os rios Piauí e Canindé, igualmente na região sudeste do Piauí, a mais crítica em termos de escassez de água e desenvolvimento nesse Estado.

Eixo Sul, que igualmente parte do reservatório de Sobradinho em direção aos rios Vaza-Barris, Itapicuru e Jucuipe, abastecendo o nordeste da Bahia e sertão do de Sergipe.

Outro eixo é o da transposição do Tocantins, que leva águas de seus afluentes, abastecendo a Bacia do Rio Preto, já na Bahia.

Originalmente, essa transposição seria feita a partir do Rio do Sono, no Estado de Tocantins, cruzando o divisor de águas entre Tocantins e Bahia na localidade da Lagoa Três Rios, ponto mais baixo no divisor de águas.

Entretanto, dois anos atrás, já no decorrer dos estudos, foram criadas várias duas unidades de conservação ambiental, como o Parque das Nascentes dos Rios Parnaíba e a Estação Ecológica do Tocan-

tins, o que impossibilita quaisquer intervenções físicas, como obras de engenharia.

Assim, os estudos foram deslocados para áreas mais ao sul, concentrando-se as obras na bacia do Rio Palmeiras, afluente do Rio Palma, que, por sua vez, é afluente do Paranã, que deságua no Tocantins. Esse projeto permitirá a vazão de 100 metros cúbicos por segundo.

De forma a esgotar todas as possibilidades de abastecimento do semi-árido setentrional, foi ainda estudada uma última possibilidade. Transpor as águas diretamente do Rio Tocantins, a partir da Carolina, com um traçado que, partindo de canais, atingiria o Rio das Balsas, o reservatório de Boa Esperança e, a partir daí, por meio de estações de bombeamento e canais, atingiria o Estado do Ceará.

Devido à sua extensão e ao alto custo operacional, incluindo a energia, esse traçado só se tornará viável no futuro, quando as demandas esgotarem as possibilidades de abastecimento dos outros eixos Norte e Leste.

A transposição do Tocantins, que se utiliza dos vales dos rios Palmeiras, no Estado do Tocantins, e rio Preto, no Estado da Bahia, passa sobre rochas do cristalino, sobre os sedimentos da formação Urucuia, terminando sobre as rochas do cristalino do lado da Bahia.

O bloco-diagrama ilustra a disposição espacial desse projeto, que é composto, na bacia doadora, por um sistema de sete barragens, em cascata, com estações de bombeamento que transferem águas de reservatório para reservatório, e que, por fim, transpõem o divisor de águas, indo atingir o vale do Rio Preto.

A altura de bombeamento é de 480 metros até que se consiga o escoamento da água por gravidade.

Já na bacia do Rio Preto a adução se dá por canais paralelos ao eixo do rio até o ponto em que a calha do rio tenha capacidade para escoar os 100 metros cúbicos por segundo, quando então o escoamento se dá na calha do rio.

Nessa bacia, será possível a construção de seis usinas hidrelétricas que recuperarão 360 metros de bombeamento equivalente, resultando um bombeamento líquido da ordem de 120 metros.

Esse projeto também propicia um benefício na região oeste da Bahia, onde será possível irrigar uma área de 50 mil hectares próxima a Santa Rita de Cássia, nos limites da área com solos aproveitáveis na região.

Outro benefício associado a esse projeto é a implementação da navegação no Rio Preto, visando ao escoamento da produção agrícola dos platôs a oeste do Estado, que hoje também se desenvolve nos estados do Piauí e Maranhão. Esse benefício será integrado ao Plano Piloto da Bahia, que visa à navegação entre Ibotirama e Juazeiro.

Esse é o perfil esquemático do projeto da transposição do Tocantins do lado da bacia doadora, mostrando a cascata de bombeamento, que vence os 480 metros de desnível até o divisor de águas.

E esse é o perfil, já do lado da bacia receptora, mostrando a cascata de geração, ressaltando-se que somente as duas últimas usinas se encontram no leito do Rio Preto. As outras serão construídas ao longo de canais que se desenvolvem paralelamente ao curso do rio.

Os benefícios associados ao projeto da transposição do Rio Tocantins são os seguintes:

- Impulsionamento do Propertins, de acordo com planejamento do governo estadual;Desenvolvimento para o noroeste baiano, em consonância com o planejamento do governo estadual (PDRS Oeste da Bahia);
- Ganho energético no sistema interligado Norte-Nordeste de 10 megawatts médios (considerando os usos consuntivos);
- Irrigação de 50.000 ha na região de Santa Rita de Cássia;
- Navegação no Rio Preto.Quanto aos estudos do eixo Sul, o levantamento das áreas irrigáveis, mostrado em verde na tela, soma 100 mil hectares, que poderiam ser beneficiados com a implementação desse sistema adutor.

Em amarelo, aparece a bacia sedimentar do Tucano, que abriga o aqüífero de mesmo nome, onde ocorrem irrigações de pequeno porte, pois o aqüífero não dispõe de vazão específica para uso intensivo. O principal uso deste aqüífero é o abastecimento de água urbano e rural.

E este é o desenvolvimento do eixo Sul, abastecendo os rios Vaza-Barris, Itapicuru e Jacuípe.

O perfil do eixo Sul, em seu primeiro trecho entre o reservatório de Sobradinho e o Rio Vaza-Barris, com capacidade máxima de vazão de 60 metros cúbicos por segundo e extensão de 200 quilômetros, dispõe de estações de bombeamento na bacia doadora e usinas hidrelétricas na bacia receptora.

O segundo trecho, derivando do primeiro, mostra a saída para o Rio Itapicuru até o Jacuípe, mantendo todos os conceitos desenvolvidos para os eixos Norte e Leste.

Apresenta-se aqui o perfil do projeto do canal de Xingó, que leva água do reservatório Xingó ao sertão de Sergipe, e que não dispõe de condições para a recuperação de energia, com capacidade máxima de

vazão de 25 metros cúbicos por segundo e 280 quilômetros de extensão.

O perfil do canal do sertão alagoano ilustra a transposição que parte do reservatório Moxotó, atingindo o sertão alagoano, com capacidade máxima de adução de 36 metros cúbicos por segundo e extensão de 320 quilômetros.

O eixo Oeste, que, saindo do reservatório do Sobradinho, abastece os rios Canindé e Piauí, pode aduzir até 30 metros cúbicos por segundo ao longo de 200 quilômetros.

Além da viabilidade econômica convencional, deve-se enfocar a viabilidade estratégica do empreendimento, que pode ser enquadrada na questão:

"Quanto custa não implantar o Programa São Francisco?"

Como exemplo, são citados os números que refletem o custo da seca no período de 1997 a 1999, com seu auge em 1998, somando algo em torno de 4 bilhões de dólares.

Programas econômicos – 910 milhões de dólares;

Programas sociais – 2 bilhões e novecentos milhões de dólares; e

Programas de saúde – 270 milhões de dólares

Por outro lado, o custo do Programa São Francisco, previsto para minimizar o problema das secas, é o seguinte:

- Revitalização da Bacia do Rio São Francisco – 1 bilhão de dólares
- Barragens Berizal, Congonhas, Setúbal e Jequitaí I e II - 280 milhões de dólares
- Barragens nos rios Das Velhas, Paracatu e Urucuia, 700 milhões de dólares
- Eixo Sul, 452 milhões de dólares
- Eixo Oeste, 400 milhões de dólares
- Eixo Norte, 1 bilhão e duzentos milhões de dólares
- Eixo Leste, 406 milhões de dólares
- Projeto Sertão Alagoano, 340 milhões de dólares
- Projeto Xingó, 360 milhões de dólares
- Transposição do Tocantins, 1 bilhão e quatrocentos milhões de dólares
- Totalizando 6 bilhões e meio de dólares

Esta tela mostra o atual estágio dos projetos, por empreendimento, sua atual situação e a próxima etapa a ser alcançada.

Revitalização da Bacia do Rio São Francisco	Atual situação: Estudos de Pré-Viabilidade	Próxima etapa: Estudo de Viabilidade
Barragens Jequitaí I e II	Atual situação: Projeto Básico concluído	Próxima etapa: Licitação da Obra
Barragem Setúbal	Atual situação: Iniciada e paralisada há 10 anos	Próxima etapa: Retomada da Obra
Barragem Congonhas	Atual situação: Obra a ser iniciada	Próxima etapa: Conclusão da Obra
Barragem Berizal	Atual situação: Obra perto da conclusão e interrompida	Próxima etapa: Conclusão da Obra
Barragens nos rios das Velhas, Paracatu e Urucuia	Atual situação: Estudo de Viabilidade contratado	Próxima etapa: Conclusão do Estudo de Viabilidade
Eixo Sul	Atual situação: Estudos de Pré-Viabilidade e Inserção Regional	Próxima etapa: Estudo de Viabilidade
Eixo Oeste	Atual situação: Estudo de Pré-Viabilidade	Próxima etapa: Estudos de Viabilidade e Inserção Regional
Eixo Norte	Atual situação: Projeto Básico concluído	Próxima etapa: Licitação da Obra
Eixo Leste	Atual situação: Projeto Básico concluído	Próxima etapa: Licitação da Obra
Projeto Sertão Alagoano	Atual situação: Obra iniciada	Próxima etapa: Conclusão da Obra
Projeto Xingó	Atual situação: Estudo de Viabilidade contratado	Próxima etapa: Conclusão da Viabilidade
Transposição do Tocantins	Atual situação: Estudos de Inserção Regional e Viabilidade concluídos	Próxima etapa: Projeto Básico

Nesta tela, apresentamos o custo da água obtido de uma série de vários anos de operação, computando-se todos os custos de operações, manutenção e gestão do empreendimento, incluindo o custo da energia elétrica. O custo da água, que representa a tarifa de sustentabilidade operacional do sistema, varia, para todos os projetos, entre 3 e 8 centavos de real por metro cúbico.

Comparativamente, em termos médios, o custo da água tratada no Brasil é da ordem de 80 centavos de real por metro cúbico.

- Eixo Sul: 4,8 centavos por metro cúbico;
- Eixo Oeste: 3,7 centavos por metro cúbico;
- Eixo Norte: 3,3 centavos por metro cúbico;
- Eixo Leste: 8,1 centavos por metro cúbico;
- Projeto Sertão Alagoano: 4,3 centavos por metro cúbico;
- Projeto Xingó: 7,5 centavos por metro cúbico; e
- Transposição do Tocantins: 6,3 centavos por metro cúbico

Para ilustrar, finalizamos a apresentação com a descrição de algumas transposições já realizadas ou estudadas no mundo e no Brasil.

Chavimochic, no Peru

Retira águas do Rio Santa, que é intermitente e cujas águas originam-se no degelo dos Andes. Essa transposição se desenvolve totalmente por gravidade, sem necessidade de bombeamento. Transpõe 105 metros cúbicos por segundo ao longo de 270 quilômetros, dos quais 46 são em túneis. O objetivo dessa transposição é o uso múltiplo das águas.

A região por onde passa a transposição é totalmente árida, sendo que a vegetação mostrada na imagem é um quebra-vento que impede que partículas carregadas pelo vento assoreiem o canal.

O projeto, a construção e o financiamento dessa obra foram brasileiros.

A transposição Daule-Santa Elena, no Equador, retira água do Rio Daule para abastecer a península de Santa Elena.

A vazão transposta é de 44 metros cúbicos por segundo, com 50 metros de altura de bombeamento e comprimento de 300 quilômetros.

O propósito dessa transposição é o abastecimento humano, a irrigação de 42 mil e 500 hectares e a geração de energia elétrica.

Highlands Water Project

Projeto de transposição de águas do Lesotho, enclave na África do Sul, que transfere 50 metros cúbicos por segundo, através de um recalque de 218 metros para a África do Sul. O objetivo dessa transposição é a irrigação, o abastecimento humano e a geração de energia.

Projeto El Salam, no Egito

Esse projeto aproveita as águas do trecho final do Rio Nilo para abastecer a península do Sinai, passando por baixo do Canal de Suez e recalcando somente 3 metros de altura.

A vazão é de 130 metros cúbicos por segundo, com comprimento de 155 quilômetros, só do eixo principal. O projeto total é muito maior do que isso. O propósito do projeto é o abastecimento humano e a irrigação de 250 mil hectares.

Outro projeto de transposição no Egito é o projeto Toshka. Esse sistema prevê a retirada de água do lago Nasser, criado pela barragem de Assuã.

A barragem de Assuã representa para o Egito o que a barragem de Sobradinho representa para o São Francisco e grande parte do semi-árido brasileiro. Esse reservatório tem um volume de acumulação 5 vezes maior que Sobradinho.

São 150 bilhões de metros cúbicos que regularizam 1.800 metros cúbicos por segundo. Essa vazão corresponde a toda a água que o Egito dispõe para todos os usos.

Essa é a fotografia da maquete da estação de bombeamento responsável por uma vazão de 290 metros cúbicos por segundo, elevando a água a 54 metros de altura. Sua extensão é de 250 quilômetros e seu objetivo é o abastecimento humano e a irrigação de 900 mil hectares.

Estudos de transposição na China

Estão sendo estudados 3 eixos de transposição denominados transposição sul-norte.

A rota oeste transpõe uma vazão de 630 metros cúbicos por segundo ao longo de 320 quilômetros, elevando a água a 460 metros de altura.

A rota central aduz 450 metros cúbicos por segundo ao longo de 1.400 quilômetros de extensão, dos quais 14 são em túnel.

Por fim, a rota leste transpõe uma vazão de 450 metros cúbicos por segundo ao longo de 1.150 quilômetros de canais, elevando a água a 65 metros de altura.

Transposição Tajo-Segura na Espanha

O rio Tajo, que corresponde ao Rio Tejo em Portugal, fornece água para Segura, que é uma região semi-árida, semelhante ao semi-árido brasileiro.

Esse projeto viabiliza toda a agricultura irrigada de frutas, no sul da Espanha, que são exportadas

para quase toda a Europa. Tem uma vazão de 33 metros cúbicos por segundo, com altura de recalque de 260 metros e uma extensão de 240 quilômetros, sendo 58 em túneis.

Seu objetivo, além da irrigação, é o abastecimento humano e industrial, e a geração de energia elétrica.

Transposição no Arizona Central, nos Estados Unidos.

Este sistema transpõe uma vazão de 85 metros cúbicos por segundo ao longo de 540 quilômetros de canais, elevando a água a 360 metros de altura.

Seu objetivo é a irrigação, o abastecimento humano e industrial, geração de energia elétrica, além do controle de cheias.

Aqui no Brasil tem-se o exemplo do **Sistema Cantareira**, que abastece a região metropolitana de São Paulo, elevando a água a 120 metros de altura, com uma vazão de 33 metros cúbicos por segundo e uma extensão de 100 quilômetros.

E ainda no Brasil, o **Sistema Castanhão**, que leva água do reservatório Castanhão às bacias metropolitanas de Fortaleza, aduzindo 22 metros cúbicos por segundo, ao longo de 195 quilômetros de extensão, elevando a água a 70 metros de altura.

Por fim, apresentamos alguns benefícios estimados com a implantação dos eixos Norte e Leste da transposição do São Francisco.

- Atendimento hídrico urbano expressivo - 38 metros cúbicos por segundo, sendo 22 para o consumo humano e 16 para o consumo industrial;
- 140 mil hectares irrigáveis adicionais em 4 estados, sendo 30 mil hectares na bacia do São Francisco, totalizando 250 mil hectares;
- Melhoria das condições de saneamento básico;
- Criação de 25.000 empregos diretos e 75.000 indiretos durante a obra;
- Geração de cerca de 500.000 novos empregos permanentes diretos e indiretos, proporcionando a fixação, na região do projeto, de cerca de 3 milhões de pessoas;
- Incentivo à Construção Civil e à Industria Mecânica Pesada nacionais;
- Operacionalmente auto-sustentável;
- Indução da gestão otimizada e integrada da água no semi-árido;
- Melhor distribuição do desenvolvimento no interior do Nordeste.

(Locução "Programa São Francisco", Sessão do Senado Federal, realizada em 04 de setembro de 2003.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concluída esta parte dos nossos trabalhos, devolvo a palavra ao Sr. Vice-Presidente José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, demais autoridades aqui presentes, o trabalho que estamos fazendo hoje no Senado Federal foi iniciado em Minas Gerais, onde nasce o rio São Francisco. Em seguida, nós o fizemos na Bahia, numa reunião que contou com a presença de mais de 200 autoridades e que demorou muito tempo devido ao grande interesse nos debates. Depois disso, fomos aos Estados de Sergipe e Alagoas. A previsão é continuarmos o trabalho em Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, pois é nosso desejo debater o projeto o máximo possível, para que possamos aperfeiçoá-lo com a inclusão de pleitos que possam ser viabilizados no programa como um todo.

Esse trabalho foi contratado em 1997, pelo INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de São José dos Campos. Estão aqui presentes dois engenheiros contratados pelo INPE que participaram dos trabalhos do projeto original: Brigadeiro José Armando Varão Monteiro e Antônio Carlos Vidon. Então, durante os debates, se houver alguma pergunta que eu não possa responder, pedirei a V. Exª, Sr. Presidente José Sarney, para que eu possa me valer da assessoria deles para as respostas, se houver necessidade. Ainda que eu não seja técnico, como Senador, aprendi muita coisa. E tenho conhecimento para responder algumas das perguntas graças ao tempo que passei no Senado.

O importante é que aproveitemos bastante estas reuniões, para que todos possam conhecer o que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deseja realizar para o rio São Francisco e o nordeste setentrional, especialmente para o coração da seca, a região que mais preocupa, que são os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e aquela parte leste que chamamos de barriga leste do Piauí.

Temos estudado muito este projeto. Os valores que aí estão não foram objeto de um orçamento baseado em detalhe de execução, porque, pelo que todos puderam ver, muitos desses itens ainda estão em fase de pré-estudo de viabilidade; então não passam, obviamente, de uma estimativa. Mas, considerando o conservadorismo dos engenheiros que fizeram essa estimativa, acreditamos que os custos possam ser reduzidos.

Há uma informação importante que gostaria de trazer aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Durante a realização deste trabalho, que vem aconte-

cendo há uns dois ou três meses, tivemos a satisfação de receber a visita de três diretores do Banco Mundial, inclusive do Diretor Vinod Thomas, que demonstraram grande interesse pelo projeto de levar água para o semi-árido setentrional e dão preferência ao eixo leste, porque tem como destinação o consumo humano; portanto, é muito importante que o eixo leste seja examinado com essa ótica.

Existem recursos suficientes para a implantação deste projeto. Tendo em vista a sua estimativa de custo e considerando que não se trata de um estudo de viabilidade, mas de um projeto acabado, ele pode ser orçado com maior precisão. Ficará, mais ou menos, em US$400 milhões. O próprio Banco Mundial revelou, na ocasião, espontaneamente, vontade de já liberar essa parcela para que o projeto seja levado avante.

Então, não estamos trazendo ao Senado nenhum sonho, nenhuma visão absolutamente impossível. O Brasil do nosso tempo já não tem mais o costume de sentar em torno de uma mesa para examinar grandes projetos de engenharia, grandes realizações. Portanto, é preciso que despertemos em relação a obras dessa natureza, pois são essenciais. Senão, amanhã, poderemos ser condenados pelo fato de não termos lutado a favor da viabilidade e da realização dessas obras.

Por isso, é muito importante que tenhamos condições de discutir com liberdade. Por exemplo, as questões ambientais. Nas reuniões que realizamos, desde Minas Gerais, passando pela Bahia, Sergipe e Alagoas, fizemos questão de convidar, no que fomos atendidos pelos quatro governadores, todas as pessoas do Estado interessadas e preocupadas com as questões ambientais, e elas tiveram absoluta liberdade para debater as suas preocupações em relação ao meio ambiental. Foi um sucesso, considerando o objetivo de tratar do projeto com transparência e com a participação de todas as comunidades interessadas.

Hoje, estamos no Senado da República. O Senado, obviamente, é a Casa de ressonância para um projeto dessa magnitude, porque o Senado é representante dos Estados da Federação.

Eu gostaria muito que as Senadoras e os Senadores nos honrassem com qualquer indagação, qualquer preocupação, qualquer dúvida, e faremos o possível para dar respostas, se não absolutamente terminantes, pelo menos respostas que ajudem a esclarecer as questões que preocupam alguns dos senhores.

Muito obrigado.

Estou à disposição para os debates.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Encerrada essa parte dos nossos trabalhos, a Presidência vai conceder a palavra aos Srs. Senadores inscritos como debatedores indicados pelos partidos.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Exª dispõe de cinco minutos para suas observações, e, em seguida, o Vice-Presidente da República também terá à sua disposição cinco minutos para fazer considerações sobre as objeções, ou perguntas, ou considerações que V. Exª tiver de fazer.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Senador José Sarney; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Dr. José Alencar; Exmº Sr. Ministro da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes; Exmº Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Anderson Adauto. Quero cumprimentar o Vice-Presidente da República por essa exposição que acaba de fazer com relação ao Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

Este é um dia muito esperado sobretudo pela representação do Nordeste, que vem debatendo este problema há muitos e muitos anos nesta Casa, em outras Casas e em outros fóruns. Este é um dia esperado porque, finalmente, é apresentado um projeto que contempla todas as preocupações e todos os anseios dos nordestinos.

O Programa do São Francisco, como é chamado, vai atender a todas as vertentes. De um lado, os Estados doadores que não aceitavam em absoluto que as águas do São Francisco ou mesmo as águas depositadas pelo Tocantins viessem a servir para matar a sede do povo da região setentrional, para criar empregos naquela região, sem que suas regiões fossem contempladas.

O projeto tem a preocupação de fazer investimentos no sentido de revitalizar o rio São Francisco.

Investimentos, como foi mostrado pelo vídeo, no que toca ao tratamento e distribuição da água; à recuperação da mata ciliar; ao problema da coleta e tratamento dos esgotos que são despejados nos afluentes do rio; ao problema da coleta e disposição final do lixo; a criar condições para que o rio São Francisco se torne, enfim, uma grande hidrovia, o grande rio da unidade nacional, cumprindo assim a sua destinação; e ao gerenciamento das águas.

Como mostrou V. Exª, de nada adianta transpor as águas se elas não forem bem gerenciadas, bem utilizadas. Nós sabemos que, hoje, já perdemos muita água. E o fato de se depositar mais água para dar garantia de suprimento aos nossos cursos d'água, aos

nossos açudes, aos nossos rios, não vai nos garantir que essa água será, enfim, aproveitada de maneira saudável se não houver um bom gerenciamento. V. Exª demonstrou que o projeto tem essa amplitude.

Por outro lado, no que toca ao Programa de Implantação da Estrutura de Integração, já estão bem definidos os eixos da transposição – o eixo leste, o eixo norte, o eixo oeste, o eixo sul, o eixo Tocantins, o eixo Tocantins/Nordeste Setentrional. Mas creio que faltou, V. Exª me permita, uma palavra, um esclarecimento, uma visão a respeito do programa de preparação da região receptora, pois sabemos que é indispensável, fundamental, um programa que conclua pela instalação de um número cada vez maior de adutoras, de um melhor gerenciamento dos recursos hídricos e também de todos aqueles cuidados que aconteceram com o projeto de revitalização, e que devem acontecer também com as águas que chegarem, produto da transposição, com o esgoto, o lixo.

Seria, então, essa a primeira indagação que eu faria a V. Exª.

A outra seria: como viabilizar e qual o prazo previsto para a implantação de tudo isso, principalmente dessa parte que atinge o coração da região, o chamado eixo norte. As obras precisam ser iniciadas o mais urgentemente possível, porque este ano tem sido irregular e estamos nos valendo dessa verdadeira indústria dos carros-pipas, que, às vezes, se constituem a única alternativa.

As obras em todos os eixos são importantes, mas ressalto o eixo norte, assim como o eixo leste, como vitais. Eles merecem um cuidado especial, porque representam o coração, a região mais sofrida, onde está a população que atravessa dias de maior penúria com a seca e a falta d'água.

Sr. Vice-Presidente José Alencar, no vídeo V. Exª demonstrou que iríamos ter um investimento da ordem de US$6,5 bilhões para concluir todo o projeto. Eu perguntaria a V. Exª qual seria o investimento inicial para demarrar o projeto já em 2004? Pergunto para que possamos ter uma idéia mais aproximada e mais exata da transposição.

Com relação à construção de adutoras, V. Exª falou no contato com o Banco Mundial e eu gostaria de lembrar que o Banco Mundial tem, hoje, um projeto para o qual disponibilizou US$330 milhões, mas que, por problema de contingenciamento, não está tendo a desenvoltura que deveria. Pergunto a V. Exª se realmente o Proágua vai ser tocado, porque, do ponto de vista da preparação da região, ele é absolutamente vital. Como já foi dito aqui, não quero ser repetitivo, V. Exª frisou bem isso, de nada adianta depositar água, garantir a água, se não houver uma boa distribuição, a capilaridade necessária.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Presidente José Sarney e quero dizer a V. Exª, Vice-Presidente José Alencar, que V. Exª está de parabéns pela exposição, pois sabemos que o tempo foi exíguo. Confesso, sinceramente, que não esperava que V. Exª, pelo pouco tempo que foi dado à comissão, formada com os Ministros Ciro Gomes, Palocci e outros, tivesse avançado tanto.

Acredito que esse avanço se deu, sobretudo, por causa da vontade que V. Exª tem, por ser um homem de Minas Gerais, que conhece de perto o nosso problema, por ser um empresário que possui empresas na nossa região. V. Exª conhece muito bem essa realidade. Aliás, quem tentar dar-lhe lições aqui, vai ensinar o padre-nosso ao vigário, porque V. Exª é um homem de alma e coração nordestinos.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Sr. Vice-Presidente, ao final das indagações, responderá. Pela nossa experiência, obtida em sessões idênticas a esta, sabemos que muitos assuntos de interesse dos Senadores são comuns e, assim, para melhor aproveitamento do nosso tempo e para dar oportunidade a todos os membros da Casa de participarem do debate, essa é a melhor sistemática.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo saber de V. Exª qual é a posição em que me encontro inscrito, já que, no documento distribuído, apareço como primeiro orador.

Peço apenas a V. Exª esta informação, em que posição me encontro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª é o terceiro orador inscrito, segundo me informa a Mesa.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador Eduardo Azeredo, indicado pelo PSDB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador José Sarney; Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, conterrâneo e par-

ticular amigo; Srs. Ministros presentes, amigo Ciro Gomes, prezado Ministro Anderson Adauto; Srªs e Srs. Senadores, é evidente que todos sabemos bem a importância de um projeto como esse. É um projeto que vai ao encontro da necessidade de combate à desigualdade regional no Brasil e, mais do que isso, vai ao encontro da busca de uma solução para a seca no Nordeste brasileiro.

A água é um bem de valor cada vez maior, e o Brasil, como é detentor de grandes reservas, evidentemente deve cuidar bem da água que tem para que ela não falte no futuro.

Minas Gerais, como V. Exª sabe bem, fornece 75% da água do rio São Francisco – setenta e cinco por cento da água do São Francisco vem de Minas – e a bacia do rio São Francisco banha 40% do território mineiro. Essa é também a área de maior densidade demográfica de toda a bacia do rio São Francisco e está localizada em Minas Gerais. Entretanto, a bacia vem-se degradando ao longo do tempo. Vimos, pela apresentação muito bem-feita, que o projeto está, sem dúvida alguma, muito bem-elaborado. É um projeto completo, que busca atender a todas as necessidades, seja a necessidade de a água estar disponível em várias regiões do Nordeste brasileiro, seja no aspecto da revitalização do rio. É nesse ponto que se encontra a nossa indagação, Sr. Presidente, que tem a ver com a garantia que teremos da realização do projeto de revitalização.

Na apresentação, está demonstrado que teríamos cerca de US$1 bilhão para a revitalização. Em Minas Gerais, pelo que já foi dito, pela importância do rio para o Estado, queremos que essa revitalização seja realmente realizada. Daí a nossa grande preocupação com o tema e a pergunta que eu gostaria de fazer: qual é a garantia da revitalização?

Além disso, tenho uma outra pergunta sobre a transposição do Tocantins: o projeto é viável sem a transposição do Tocantins? É a segunda pergunta.

A terceira seria em relação ao custeio de todo o sistema – depois de pronto, evidentemente. Qual seria esse valor?

Finalmente, a questão da responsabilidade geral de execução do projeto. O Orçamento de 2004 tem que parte dos recursos já alocados? E qual seria a responsabilidade geral do projeto, do ponto de vista da sua execução? No mínimo, a simultaneidade da revitalização e da execução do projeto de transposição é fundamental para Minas Gerais.

Queremos cumprimentar V. Exª por estar levando adiante esse projeto, por estar retomando um projeto tão importante para o Brasil. Consideramos que a sua execução será realmente um grande marco para o desenvolvimento do País e para o combate à desigualdade.

Somos, portanto, favoráveis à transposição, sem dúvida alguma, mas queremos a garantia de que a bacia do São Francisco será revitalizada, porque essa revitalização é fundamental para garantir que tenhamos água no futuro, senão o assoreamento vai acabar prejudicando, e vamos ter uma vazão reduzida em relação à necessidade do projeto como um todo.

Sr. Vice-Presidente José Alencar, essas são as questões que eu gostaria de abordar, em nome do PSDB.

Há ainda uma pergunta do Senador Tasso Jereissati, em nome do Ceará. S. Exª pergunta se existe uma idéia do cronograma de realização do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, embora V. Exª tenha organizado a reunião para que eu respondesse no final, foram feitas duas perguntas, uma pelo Senador Garibaldi Alves e outra pelo Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, que eu gostaria de responder agora, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª pode fazê-lo.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Primeiramente, se me permite o Senador Garibaldi Alves, vou iniciar tentando responder às indagações do meu coestaduano, Senador Eduardo Azeredo, porque foram objeto de preocupação de alguns mineiros que participaram da nossa reunião em Minas, que foi a primeira.

Todas as vezes que se fala do programa de transposição das águas do São Francisco – e assim ele era denominado desde o início, sem, obviamente, a preocupação global, como há agora, da sua revitalização, contemplando o desassoreamento, a recomposição de matas ciliares, o tratamento de esgoto sanitário, do chamado "lixão" – temos de nos lembrar que se trata de um projeto grande. Porém, é aquela história! Teríamos – como temos – alternativas para levar água ao semi-árido setentrional sem mexer com o São Francisco.

Porém, eu, como mineiro e preocupado com o assoreamento do rio, com o desmatamento das áreas ciliares e, além disso, com a degradação a que foram levadas também algumas bacias importantes de afluentes do São Francisco, como é o caso do Paracatu e, especialmente, do rio das Velhas – que V. Exª conhece bem – e do Urucuia; considerando também a im-

portância daquelas barragens que precisamos em Minas Gerais, a primeira providência que tomamos foi solicitar ao Governo de Minas que nos mandasse tudo aquilo que possuísse de programação de interesse da bacia do rio São Francisco. Assim foi feito, e o programa foi incorporado. Os técnicos que estão à frente desse programa global estão levando em consideração tudo aquilo que foi realizado em Minas e todas as preocupações do nosso Estado.

Além disso, V. Exª faz uma pergunta que também é importantíssima. Como engenheiro, V. Exª falou com precisão: 75% das águas do São Francisco, na foz, são mineiras. Nós, então, poderíamos dizer: o São Francisco é nosso, ninguém tasca!

Agora, por exemplo, estamos vendo o Estado de Tocantins orgulhoso por ceder águas de sua bacia para enriquecer a vazão do São Francisco, numa atitude admirável. Estou indo para lá, no dia 11, para fazer a apresentação, mas, antes disso, o próprio Governador veio dizer que faz questão absoluta de transferir essas águas da bacia do Tocantins para enriquecer a vazão do São Francisco.

A outra pergunta é a seguinte: há necessidade de se trazer água do Tocantins, sem o que se inviabiliza a transposição do eixo Norte/Leste ou os outros também do São Francisco? A resposta é "não". Por quê? Porque, em rigor, a barragem de Sobradinho libera, de forma regular e ininterrupta, 2.060 m³/s. E o que se deseja para o eixo Norte/Leste, que é um dos principais eixos, cujos projetos já estão no ponto de serem licitados, é levar 63 m³/s desses 2.060. Portanto, algo inferior a 3%, independentemente daquele enriquecimento de 100 m³/s trazidos da bacia do Tocantins.

Além disso, esse trabalho de desassoreamento e recomposição de matas, ou seja, de revitalização da bacia, irá também contribuir para enriquecer a vazão do rio, que os técnicos estimam, num primeiro momento, em cerca de 250 m³ por segundo. Isso é fácil de ser verificado porque o projeto é rigorosamente aberto à participação de todos.

Uma outra pergunta de V. Exª está relacionada ao cronograma. V. Exª sabe perfeitamente que todo grande empreendimento nasce de um sonho que se transforma em idéia, quando surgem determinadas questões, a qual transforma-se em projeto que, esse sim, deve contemplar um cronograma para ser executado. Como grande parte de tudo que foi apresentado está num estágio anterior ao de projeto, obviamente não tenho como responder questões relacionadas ao cronograma. No entanto, posso dizer-lhe que serão seguidos todos os passos, cada um a seu tempo, com responsabilidade absoluta.

Sua Excelência, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como homem nascido no sertão de Pernambuco e conhecedor das dificuldades que a seca provoca na região, deseja que todos os brasileiros participem desse projeto, porque não pretende, de forma alguma, ser o seu dono, tanto que me pediu que o coordenasse, ainda que do grupo de trabalho participem cinco Ministérios da mais alta relevância, dentre eles o Ministério da Integração Nacional, que tem como titular o Ministro Ciro Gomes, ao qual entregarei o projeto. Eu vou participar como auxiliar do Ministro Ciro Gomes, provavelmente comprando algum instrumento de trabalho que me permita levar essa água ao semi-árido setentrional.

Já que o Presidente me concedeu o direito de responder, gostaria de conversar um pouco sobre as questões colocadas pelo eminente Senador Garibaldi Alves Filho. Uma das preocupações de S. Exª diz respeito ao tempo de viabilização do projeto.

Em primeiro lugar, deve haver confiança no Governo.

O Dr. Jerson Kelman, Diretor da Agência Nacional de Águas, sugeriu que, ao invés de "projeto", fosse usado o termo "plano", subdividido em três programas:

1 – revitalização do rio São Francisco ou da bacia;
2 – transposição de águas do rio São Francisco; e
3 – distribuição dessa água.

Trata-se daquela capilaridade de que fala V. Exª.

A água deve ser levada ao seu destino, pois não adianta apenas fazer sua transposição para jogá-la fora novamente. Existem, como foi mostrado no trabalho, mais de duzentos açudes na região contemplada, sendo que no Estado do Rio Grande do Norte, parece-me, há cerca de vinte. As águas dirigir-se-ão a esses açudes, onde haverá adutoras para a distribuição.

O custo da água bruta será, no máximo, de R$0,08 por metro cúbico, quando sabemos que a água tratada é vendida, no mínimo, a R$0,80 por metro cúbico, ou seja, por um valor dez vezes maior que o inicial. Conversando com quem tem familiaridade com o tema, fui informado de que essa relação de preços viabiliza um trabalho de aproveitamento da água de forma econômica e auto-sustentável, com margem para as distribuidoras.

Então, acredito que isso responde em parte a preocupação de V. Exª.

Com relação aos investimentos, estimados em 6,5 bilhões, eu já havia dito que essas estimativas foram feitas antes do término dos projetos.

Quanto à prioridade de cada item, espera-se que o programa seja aprovado de forma global.

Conforme informei, há um projeto de emenda constitucional, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, já tendo sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que prevê um importante recurso permanente, por vinte anos, vinculado à revitalização e conservação do rio. Também há recursos do Banco Mundial para projetos dessa natureza e dessa importância social, como sabemos. O custo desses recursos é igual à **prime rate** americana, de 1% ao ano, mais 0,5% de **spread** ao ano, portanto taxa de juros parecida com 1,5% ao ano, o que também nos encoraja, porque são recursos de longo prazo.

Um projeto como esse não pode ser levado a efeito num prazo curto.

Se imaginássemos que o seu prazo de implantação fosse de cinco anos, apenas para efeito de raciocínio, seriam 6,5 bilhões em cinco anos, ou 1,3 bilhão por ano - coisa parecida com 0,25% do nosso PIB. Considerando que a nossa carga tributária é de 1/3 do PIB, isso corresponderia a 0,75% da carga tributária nacional.

Assim, trata-se de uma decisão política, a qual já foi tomada, não por mim, mas por Sua Excelência, o Presidente da República. Sua Excelência deseja o projeto e sabe como temos condições de fazê-lo, mas é preciso que tenhamos oportunidade de torná-lo conhecido para que todas as forças políticas da Nação possam aplaudi-lo e ajudar na sua realização.

Com relação às palavras que V. Exª dirigiu-me, tão generosas, concordo que sou também nordestino, pois sou cidadão honorário do seu Estado, com muita honra. No Senado, diziam-me que eu era o quarto Senador do Rio Grande do Norte e eu aceitava a idéia com muita honra, com muito prazer. Da mesma forma, também fui o quarto Senador da Paraíba. Como os três Senadores da Paraíba são de Campina Grande, cidade da qual também sou cidadão honorário, eu era chamado de o quarto Senador de Campina Grande, o que igualmente me orgulhava muito. E lá todos sabem que é a região do cristalino, onde não há água, a não ser a fissural. Essa água não tem qualidade. Essa é uma das regiões que precisa de água.

Agradeço as suas manifestações, assim como as do meu nobre e estimado amigo, Governador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PDSB – MG) – Sr. Presidente, permite V. Exª que eu faça uma última observação, como debatedor, ou isso está fora do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem direito a dois minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PDSB – MG) – Trata-se de um apelo que desejo fazer ao Vice-Presidente José Alencar. No Ministério do Meio Ambiente, há cerca de R$50 milhões de convênios paralisados nessa linha de revitalização. Referem-se a cidades ribeirinhas, em Minas Gerais. E aproveitaria para fazer um apelo, para que o Governo inicie esse processo de revitalização, liberando recursos do meio ambiente que estão contingenciados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra ao Senador Almeida Lima, gostaria de explicar que a sua colocação, na ordem de inscrição, se deve ao fato de V. Exª estar inscrito como debatedor, por indicação dos Partidos. E, pelas normas adotadas, teríamos de seguir as Bancadas majoritárias na ordem decrescente. Por isso, houve a inversão de V. Exª como terceiro orador inscrito.

Quanto à segunda parte relativa aos Senadores que participaram do debate, oferecendo perguntas ou comentários, a inscrição segue a ordem em que apresentaram seus nomes à Mesa.

Com a palavra V. Exª, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Obrigado, Sr. Presidente, pelo esclarecimento.

Srªs e Srs. Senadores, Sr. Vice-Presidente, José Alencar, minhas homenagens a V. Exª.

Em primeiro lugar, devo dizer que o projeto está, não tenho dúvida, devidamente concebido, e quiçá faça verdadeira a palavra do cancioneiro popular que diz que o sertão vai virar mar.

Espero que, no semi-árido nordestino, pela exposição feita, assim aconteça. Sem dúvida, será a redenção para todo aquele povo. É evidente que almejo que não vire mar literalmente. Pelo que verificamos hoje na Foz do Rio São Francisco, na divisa Sergipe/Alagoas, o mar está avançando para a terra como decorrência da falta de revitalização, mas que se dê de forma inversa, como aqui devidamente explanado.

É evidente que a seca do Nordeste já foi moeda para muita coisa neste País; já se transformou a seca em tudo, e objeto de ganho para inúmeros. Espero que a proposta de revitalização e transposição das águas do São Francisco, do Tocantins, de seus afluentes, torne-se efetiva, embora estranhe a inoportuni-

dade ou a falta de oportunidade – eu não entendi –, quando da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional, por ocasião da entrega das reformas da Previdência e tributária, Sua Excelência se reportar a esse grande projeto. Não sei a coincidência.

Embora a concepção seja a melhor possível, não há o que contestar e não sou técnico para contestar, sou político, mas ouvi há poucos instantes – e aí, Sr. Vice-Presidente, permita-me discordar, não da concepção do projeto, mas do início da sua execução – que a revitalização encontra-se hoje com estudos de previabilidade, depois vem a fase da viabilidade, enquanto que as barragens, algumas estão em fase de viabilidade, de estudos, outras, em licitação, e outras, já iniciadas. Há uma inversão nesta ordem; ou vamos promover primeiro a revitalização do São Francisco, ou não teremos água para tudo isso que foi apontado. Estudos de pré-viabilização, quando obras já estão sendo iniciadas. Aliás, as dos canais Norte/Leste, o projeto básico está concluído e já em processo de licitação. Falta o quê? O projeto do executivo e o início das obras.

Portanto, com todo o respeito a V. Exª, tem a minha discordância, exatamente nesse aspecto. O São Francisco precisa primeiro ser revitalizado. E eu diria, em atenção à manifestação do Senador Garibaldi Alves Filho, contrapondo-se ao que S. Exª disse, que o projeto não contempla todos os nordestinos. Sergipe, o Estado que represento, mais uma vez, é discriminado e excluído. Para Xingó, os estudos estão apenas contratados, engavetados, embora o Governo do nosso Estado tenha solicitado o projeto para o Governo de Sergipe e, com recursos próprios, elaborá-lo, mas não o recebeu do Governo Federal. Sergipe foi estigmatizado como sendo um Estado que não deseja ver a transposição das águas do São Francisco para matar a fome e a sede dos nordestinos da parte setentrional. Isso não é verdadeiro!

O problema, Srªs e Srs. Senadores, disse aqui em outra oportunidade, é que, assim como na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará, em Pernambuco, no Piauí, nordestinos morrem de sede e de fome a um, dois ou três quilômetros à margem do São Francisco, no semi-árido sergipano, Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre, Gararu, Itabi, Porto da Folha, Glória, Aparecida, Ribeirópolis, Carira, Pinhão, Pedra Mole, do mesmo jeito, morrem de sede e de fome.

A defesa que faço, em primeiro lugar, é a da revitalização, sem que haja o início dos projetos de transposição. Revitalização já, imediata, sem o início da execução das obras de transposição.

Em segundo lugar, é uma questão de justiça. Se há necessidade de aplacar a sede do sertanejo, do nordestino, a geração de empregos, por que não se fazer primeiramente no semi-árido de Sergipe, cujo projeto está engavetado, com a construção do Canal de Xingó? Por que razão? Por que Sergipe, mais uma vez e sempre, é discriminado e excluído?

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Exmo Vice-Presidente da República, quero deixar registrado aqui este protesto, até mesmo pela forma como se age em relação aos sergipanos, estigmatizando o nosso Estado e o nosso povo de que não desejam ver as águas do São Francisco matando a sede e fome dos nordestinos. Isso não é verdade. Agora, se Deus nos deu as águas do São Francisco banhando o nosso Estado, por que vermos populações inteiras, a um quilômetro, a cinco quilômetros, morrerem de sede para inicialmente se fazer o projeto até o Ceará, do meu querido amigo, o Ministro Ciro Gomes, em quem votei e tive a honra de votar no primeiro turno das eleições? Por que razão?

Portanto, são essas as indagações. Por que a inversão do cronograma?

Tenho certeza de que se trata de uma homenagem ao grande brasileiro que é V. Exª, eminente Vice-Presidente da República. E tenho visto isso. Assim como V. Exª é cidadão paraibano e potiguar, tenho certeza de que será também de Sergipe. Quem sabe isso não contribuirá para, no âmbito do Governo - não de V. Exª - diminuir a discriminação ao nosso Estado?

O SR. JOSÉ ALENCAR – Eminente Senador Almeida Lima, uma das primeiras providências que tomamos quando recebemos esta honrosa incumbência foi entrar em contato com o Governador de Sergipe, João Alves, pedindo-lhe que nos ajudasse, porque S. Exª tem alguns trabalhos sobre recursos hídricos. Tivemos oportunidade de ler essas obras e ficamos admirados com a dedicação de S. Exª ao tema. Não há nenhum brasileiro que entenda mais dessa questão do que o eminente Governador João Alves. S. Exª foi convidado para participar do projeto e está conosco. Nada será feito sem que seja consultado o interesse de Sergipe, especialmente no que se trata de assunto de elevado interesse do Estado, como esses arrolados por V. Exª.

O fato de haver projetos prontos para serem licitados, como são os casos do Eixo Norte e do Eixo Leste, não foi culpa nossa. Quando assumimos essa

responsabilidade, procuramos ver o que existia. Esses projetos já existiam e nos foram passados. Quem esteve à frente da realização desse projeto foi o Senador Fernando Bezerra, aqui presente. Esses projetos realmente estão prontos; tanto é assim que uma das homenagens com que me honrou o Senador Garibaldi Alves Filho foi mencionar que o progresso foi muito rápido. Ocorre que ainda não fizemos nada. Os projetos que estão prontos para serem licitados foram contratados em 1997 e parece-me que ficaram concluídos em 2001 ou 2002.

Da mesma forma, todos aqueles itens que levam em conta obras em Minas Gerais, na Bahia e no baixo São Francisco, que compreende o Estado de V. Exª, Sergipe, assim como o Estado de Alagoas, são resultados de estudos realizados pelos dois Estados, Alagoas e Sergipe, e que foram arrolados nos trabalhos que estamos fazendo.

O nosso trabalho é mais de coordenação, como o próprio nome diz. Eu sou coordenador de um grupo de trabalho e desses projetos. Mas uma sugestão com que não posso concordar de forma nenhuma, porque não faz sentido, é a de estabelecermos uma prioridade com a condição de que, primeiro, é preciso fazer a revitalização para depois a transposição. Não concordamos com isso: primeiro, porque uma coisa não depende da outra; e, em segundo lugar, porque a revitalização não é um trabalho que vai ser iniciado hoje e concluído amanhã. Ela inclui a própria manutenção da Bacia do rio São Francisco, razão pela qual fiz alusão à preocupação do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que também é do Estado de V. Exª, que preconiza justamente a segurança de recursos para a revitalização do rio ao longo de vinte anos. Vários projetos sairão do programa de revitalização, cada um licitado a seu tempo. Vamos aprovar um programa global – não se trata apenas da transposição. Portanto, a diferença entre nossa proposta e a proposta inicial de apenas transposição é justamente o reconhecimento de que o rio precisa ser salvo. Eu sou de Minas Gerais e, agora mesmo, o Senador Eduardo Azeredo informou que 75% das águas do rio São Francisco são mineiras. E mais: tenho uma propriedade à margem do rio. Logo, sei do rio quando enche e sei do rio quando desce. Conheço o rio São Francisco porque tenho uma casa que fica, no máximo, a dez metros da margem, numa região de rio assoreado, de rio com matas devastadas, de rio com degradação da natureza. Então, estou com V. Exª na defesa do rio São Francisco, mas o melhor caminho para realizar essa revitalização é justamente aproveitar a oportunidade para colocá-la no bojo desse projeto global.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex.ª dispõe de dois minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a manifestação de V. Ex.ª, Sr. Vice-Presidente. Gostaria apenas de deixar, nesse tempo final, clareada a minha manifestação quanto à revitalização.

Não defendo aqui que só se deva fazer a transposição após concluídas todas as obras de revitalização, mas acho que há necessidade de iniciá-las e, após um período de dois, três ou quatro anos de iniciadas, com algum reflexo efetivo, começar o processo de transposição. O estágio em que o rio se encontra dá pena. Provoca dó em V. Exª e em tantos quantos são ribeirinhos ao ver o estado em que o rio se encontra, completamente depauperado, destruído em vários e vários trechos.

Chegamos ao meio do rio de calças curtas, Sr. Vice-Presidente. Portanto, após um período de dois, três ou quatro anos do início das obras de revitalização, sim, passado esse tempo, poder-se-iam iniciar as transposições, que não são poucas, são inúmeras. O projeto é grandioso e vem exatamente para equacionar um problema que o nordestino enfrenta há séculos. Na verdade, nós nordestinos não queremos Programa Fome Zero, não! Não queremos carro-pipa, frente de trabalho, cesta básica. O que o nordestino quer é isso. Isso é um tratamento respeitoso e digno ao brasileiro que está no semi-árido nordestino. E que isso seja feito da forma mais correta possível. Porque, se isso não acontecer - e Deus me permita que eu esteja errado – veremos o fim do rio São Francisco, assim como estão outros, inclusive na Ásia, na China.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente da República, meu conterrâneo, José Alencar, Sr. Ministro Ciro Gomes, Srªs e Srs. Senadores, permita-me que minhas palavras iniciais sejam de discordância de uma colocação de V. Exª, quando disse que esse projeto não é um sonho. Esse é um sonho que sonhei e que muitos sonharam. Quando se sonha um sonho sozinho, a possibilidade de torná-lo realidade é mínima. Mas quando é um sonho de muitos, pode se tornar realidade.

Manifesto a minha enorme alegria, a minha grande satisfação ao ver, na decisão do Senhor Presidente da República, a possibilidade de realização do

sonho de tantos nordestinos. Confesso, Senhor Vice-Presidente, que me sinto um pouco frustrado por não ter tido a possibilidade de realizar, ou pelo menos iniciar a realização desse sonho. Mas reconheço que ninguém poderia ser mais capacitado do que V. Exª para tocar o projeto, pois V. Exª é um empresário tocador de projetos e possui a habilidade de mineiro, competente e vitorioso. E mais: conta com a competência de um nordestino brilhante à frente do Ministério da Integração Nacional, o Ministro Ciro Gomes, que possui a sensibilidade de todos os nordestinos para a necessidade da água e sobretudo a capacidade, a inteligência e a competência para levar adiante o projeto, sob a orientação e a coordenação de V. Exª.

Gostaria de fazer um reparo sobre o projeto que tive a honra de deixar pronto. Ele teve início em 1997, mas encontrei-o paralisado. Mas, antes disso, houve muitos que sonharam com ele. Seria injusto deixar de registrar aqui o nome de Mário Andreazza, Aluízio Alves, Cícero Lucena, Fernando Catão, o meu próprio, se me permite, e dos que me sucederam. Encontrei o projeto paralisado, mas retomei-o ao assumir o Ministério, em agosto de 1999. Ao entregar aquela Pasta, deixei o projeto pronto para ser licitado, como aqui expôs V. Exª.

Àquela época, não era apenas um projeto de transposição. Era abrangente, só que não foram concluídos os estudos de revitalização do rio e os estudos das várias compensações aos Estados, que são absolutamente justas e, do ponto de vista político, viabilizam esse grande plano, esse grande programa hídrico para o Nordeste setentrional.

Farei pequenos comentários sobre o tema, porque ele foi descrito de maneira ampla e competente e comentado por todos. Quero ressaltar apenas dois pontos. Primeiro, o da sinergia hídrica, que é fundamental e realmente permitirá o gerenciamento econômico das águas em todo o Nordeste setentrional. Quero fazer referência à questão energética também. Recentemente, houve uma crise de energia que impediu o crescimento de nosso País. As águas do São Francisco baixaram a tal ponto que estivemos na iminência de um colapso.

Não quero me estender, essa é uma questão muito técnica, mas quero externar minha absoluta discordância com o Senador Almeida Lima. Isso não vai comprometer, em hipótese nenhuma, o rio. As águas que virão do Tocantins são complementares e vêm na direção e ao encontro da solução da questão energética, que garantirá que as várias hidrelétricas ao longo e no curso do São Francisco possam ter água suficiente para geração de energia e, se Deus quiser, vai nos proporcionar o crescimento que todos nós, brasileiros, almejamos.

V. Exª citou o custo da última seca: US$4 bilhões. E aqui quero expor um ponto: os Eixos Norte e Leste custam menos da metade.

Faria uma única pergunta a V. Exª, porém já foi respondida em sua discordância com as assertivas do Senador Almeida Lima. Perguntaria a V. Exª se os projetos que estão prontos podem ser iniciados, porque há nisso a credibilidade de V. Exª, a palavra do Presidente da República de que esse é um projeto abrangente e não se refere, portanto, apenas à execução dos Eixos Norte e Leste. Mas esses Eixos já estão prontos para ser licitados V. Exª trouxe esse dado ao conhecimento de todos. Temos que começar as obras e dar a V. Exª e ao Governo a certeza de que o rio São Francisco será recuperado, será revitalizado em suas nascentes, em suas matas ciliares e será desassoreado, para que se restaure a navegação, permitindo o transporte das riquezas daquela região.

V. Exª, que conhece profundamente o projeto, tenha a sensibilidade de nos dizer o quanto é importante o Projeto Leste, que leva água para uma região que não tem outra solução a não ser a transposição de águas. Refiro-me, por exemplo, às regiões da Paraíba e de Pernambuco. Se não houver a transposição, suas populações terão que se deslocar.

Esse é um projeto que tem conseqüência econômica para o Brasil, para o Nordeste, e, se Deus quiser, será realizado, para o bem do País, pelas mãos competentes de V. Exª, do Ministro Ciro Gomes e pela vontade política que faltou ao Governo anterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Vice-Presidente José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Ilustre e eminente Senador Fernando Bezerra, posso dizer a V. Exª que a idéia é, primeiro, levar a Sua Excelência, o Presidente da República, o relatório do nosso trabalho nesta fase. Esse relatório contemplará tudo o que foi objeto de tratativas durante o que estamos realizando, com a participação de todos os Estados interessados.

Pois bem, isso não demora muito. A partir daí, há projetos que estão em condições de ser até licitados, como é o caso do Eixo Norte e do Eixo Leste, como também alguns itens que farão parte do projeto global. Tais itens existem em todos os Estados, inclusive em todos os Estados donatários. Então, alguns projetos em andamento serão abraçados pelo programa global; outros, que estão paralisados há muitos

anos, também serão levados em consideração pelo plano global.

Dessa forma, todos esses projetos, não apenas os do Eixo Norte e Eixo Leste, poderão ser licitados de pronto. Alguns itens pertencem à revitalização e podem ser licitados de pronto. Há outros que serão preparados urgentemente para serem licitados. O importante é que terminemos esse trabalho, façamos uma estimativa e viabilizemos os recursos ao longo do tempo, porque aí, sim, teremos não só um cronograma físico, com base em avaliação técnica precisa, como também um cronograma financeiro que possa ser cumprido. Eu, por exemplo, não aceito obra se arrastando, porque as obras que se arrastam custam mais do que o Brasil pode pagar. As obras feitas em tempo recorde, em tempo correto, que obedecem a cronogramas têm um custo mais econômico para a sociedade brasileira.

Não tenho dúvida de que o Estado do Rio Grande do Norte será representado nesse grupo. Já disse a V. Exª que gostaríamos que V. Exª participasse conosco, assim como já disse também ao Senador Garibaldi Alves Filho e à própria Governadora do Estado. Gostaríamos que todos os Estados estivessem participando.

E posso dizer o seguinte: o relatório nosso que será entregue ao Presidente ainda demorará alguns dias deverá ser submetido aos representantes de todos os Estados envolvidos, de Minas Gerais ao Piauí, e provavelmente também do Maranhão, ainda que o Maranhão esteja no nosso pensamento como doador, no futuro, de parte de águas do Tocantins no Município de Carolina, no norte do Tocantins, entrada do Estado do Maranhão, que atravessa todo esse último Estado. Será um projeto para 2.025 – ainda estaremos aqui para ajudar a fazê-lo também. Até 2.025, esse que faremos nos atenderá.

Não abro mão, Senador Fernando Bezerra, da participação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei breve. E começo dizendo que o Maranhão já vem doando muito ao Brasil. Dessas doações, V. Exª é uma das melhores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª é muito generoso.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, muito embora V. Exª conheça, gostaria de lembrar, como informação adicional, uma vez que não foi citado, os eixos norte e leste. Esse projeto, por solicitação do Senhor Presidente da República, foi analisado pelo *Bureau of Reclamation***,** uma das maiores instituições na área hídrica do mundo, do qual recebeu sua aprovação.

Em sua fase final, um grupo de renomados especialistas nacionais e estrangeiros, dentre eles um professor catedrático especialista em recursos hídricos da Universidade de Valência, na Espanha, e o Dr. Maílson da Nóbrega, que analisou o projeto sob o ponto de vista econômico. Também o Dr. Paulo Nogueira Neto, um dos maiores conhecedores da questão ambiental.

Sem pretensão, também gostaria de dizer que, como conhecedor do projeto, por dever de ofício, estou inteiramente à disposição de V. Exª e do Governo para ajudar na realização desse grande sonho de todos os nordestinos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, que falará pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, José Alencar, a primeira manifestação de regozijo com a apresentação desse Projeto de Revitalização e Transposição de Águas do São Francisco é quanto a verificarmos que ele está sob a coordenação segura e competente de V. Exª, que garante a sua execução e com o anúncio de que, no momento em que V. Exª se desincumbir da formulação geral, a execução cairá nas mãos do igualmente competente nosso grande Ministro Ciro Gomes.

Sr. Presidente, a segunda manifestação de regozijo é quanto ao estágio de desenvolvimento de estudos em que se encontra o projeto, que nos permite ter a certeza de sua realização. Não se trata de mais um devaneio; não no sentido do sonho a que se referiu o Senador Fernando Bezerra, sonho no sentido de grande aspiração. Mas existe a outra acepção, aquela de grande aspiração não realizável, inviável.

O estágio avançado dos estudos nos permite acreditar que essa etapa foi superada e que o projeto é efetivamente viável, realizável, o que nos faz também devedores do reconhecimento a todos aqueles que, precedentemente, nele trabalharam, como é o caso do Senador Fernando Bezerra.

Esse é, indubitavelmente, o maior projeto do Governo Lula em todos os sentidos, a começar pelo fato de ser genuinamente brasileiro.

Quando na escola primária, aprendi que o rio São Francisco é o maior rio genuinamente brasileiro. Agora, esse rio colaborará, permitirá a realização de um projeto grandioso e genuinamente brasileiro, para atender exatamente a Região mais carente do Brasil. Essa carência causa certa frustração, um certo sentimento de culpa em todos os brasileiros, por ainda não terem sido resolvidas as disparidades regionais e a grande carência da Região Nordeste.

Trata-se de um grande projeto não apenas pela grandiosidade do custo do investimento envolvido. V. Exª foi muito feliz ao dizer que o Brasil está um pouco desacostumado com a apreciação de grandes projetos; mas eis a grandiosidade retornando ao pensamento do brasileiro. O projeto não é grande apenas porque resolverá um problema secular que, desde o século XIX, vem perturbando a tranqüilidade do brasileiro que quer ver um Brasil harmoniosamente desenvolvido, onde não haja carências aflitivas a massacrar toda a população. Ele é grande, principalmente, Sr. Vice-Presidente, José Alencar, porque mudará o Brasil mais uma vez, como Brasília mudou o Brasil.

Quando o Projeto Brasília foi concebido, os seus desdobramentos e todas as suas conseqüências – até as últimas, que hoje estamos avaliando, como a explosão de desenvolvimento produtivo do Centro-Oeste brasileiro –, naquele momento, não era possível avaliar. Também quanto a este projeto não é fácil avaliar, mas é possível intuir; é possível, com a sensibilidade de V. Exª, ter a antevisão do que será o resultado, já na primeira metade deste século, quando o Brasil, finalmente, terá resolvido a questão secular da seca nordestina.

De sorte que este projeto alavancará o sentimento de auto-estima do brasileiro, pois beneficiará não só as populações carentes do Nordeste, mas também refletirá no Rio de Janeiro, em São Paulo, em todo o Brasil. Todo brasileiro acredita que o Brasil tem competência, tem condições para, com sua própria inteligência, com seus próprios recursos, com pequenas ajudas complementares aqui e ali, resolver esse magno problema e mudar a face do País, na medida em que a população, que sempre foi vista como carente e até, sob certos pontos de vista, culturalmente mais atrasada, ingressará no mesmo patamar, no mesmo padrão de vida das populações do Sul, Sudeste, das regiões mais desenvolvidas.

Realmente, esse será um novo patamar para o Brasil. É claro que o projeto tinha que ter e teve amadurecimento, mas ele chegou num momento extremamente propício politicamente, pois contou com um Presidente nordestino com vontade política de realizá-lo, que encontrou estudos razoavelmente avançados, teve V. Exª, pessoa com competência para coordená-lo, e o grande executivo Ministro Ciro Gomes, a quem será repassado o projeto.

Sr. Vice-Presidente, manifesto aqui meu regozijo de brasileiro do Rio de Janeiro que compreende o alcance do resultado desdobrado deste projeto, que mudará, como Brasília, a face do Brasil.

Sr. Vice-Presidente, as perguntas que eu pretendia dirigir a V. Exª já foram feitas e muito bem respondidas, especialmente a indagação do Senador Eduardo Azeredo quanto à garantia da revitalização, à qual V. Exª respondeu muito bem. O sentimento do brasileiro, pela concepção e estima que tem pelo rio São Francisco, é de que essa garantia seja efetivada, ou seja, que o São Francisco contribua com suas águas para o reflorescimento do Nordeste, mas que não perca, obviamente, a capacidade de ser o que é, inclusive, com a recuperação da sua navegabilidade, uma das grandes conseqüências desse projeto.

Não tenho mais indagações a V. Exª, mas sim um pedido: que V. Exª acelere a elaboração e a apresentação do cronograma. Penso que a partir do momento em que V. Exª apresentar o projeto à Nação, com todos os seus desdobramentos, o País também cobrará de V. Exª que apresente, tão logo quanto possível, um cronograma físico-financeiro pelo menos das primeiras etapas fundamentais desse grande projeto, que é um programa, como V. Exª definiu muito bem.

Portanto, gostaria de cumprimentar V. Exª por essa apresentação e pela coordenação efetiva que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Partido Socialista Brasileiro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador José Sarney; Sr. Vice-Presidente José Alencar, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o esforço de V. Exª, Dr. José Alencar, desenvolvido junto à Câmara dos Deputados, no sentido de agilizar a Proposta de Emenda à Constituição nº 524, que está em tramitação naquela Casa e que já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação por unanimidade, depois de ter passado no Senado, aqui também aprovada por unanimidade. Faltando, agora, um pronunciamento da Comissão Especial e a nomeação, anteriormente, pelos Líderes dos Membros daquela Comissão.

E lembro também a V. Exª que não é de agora que o Senado Federal registrou o seu apoio em torno

das grandes questões ligadas ao desenvolvimento da bacia do São Francisco, notadamente a revitalização do Velho Chico. Eu consegui, no **Diário do Senado Federal**, na sessão de quinta-feira, no mês de abril, de 2002, encontrar um pronunciamento de V. Exª, defendendo com ardor a aprovação da PEC nº 27, que se transformou na PEC nº 524, na Câmara. Se V. Exª me permite, apenas irei sublinhar suas palavras:

> Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, naquela ocasião, tive a oportunidade de sugerir que, antes da transposição, pura e simplesmente, das águas do São Francisco, precisávamos realizar obras de desassoreamento do rio e de recomposição não só das matas ciliares, como também da vegetação rasteira ciliar, cuja recomposição deveria ser feita com essências nativas – e a Embrapa possui tecnologia para recomendar tais essências no percurso do rio em cada região – para, assim, evitarmos novos assoreamentos. Todo esse trabalho deveria estar concluído antes de se pensar na transposição das águas do rio São Francisco.
>
> Quero dizer que jamais pensei em transposição das águas do Tocantins, mas em transferência de parte das suas águas para enriquecer a bacia do São Francisco.

Então, V. Exª enfatiza aqui, nesse pronunciamento realizado em 2002, com seu espírito de visão, a necessidade imperiosa da revitalização, como condição indispensável para salvar o Velho Chico, recompondo as suas matas ciliares, reforçando a sua calha, com a vazão maior, acabando com a degradação que destrói o Rio da Unidade Nacional.

Não é de agora que essa preocupação vem se revestindo de prioridade no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Ainda há pouco recebi, ao meu lado, a visita do Deputado Gadelha, que é da Paraíba. S. Exª foi relator de uma Comissão presidida por Henrique Alves, que tratava justamente das questões ligadas ao rio São Francisco, sua revitalização e transposição.

O Senado Federal também se debruçou sobre este assunto na Comissão da Revitalização, que teve como Relator o Senador Waldeck Ornélas. Grandes participantes estudaram os problemas do rio São Francisco, inclusive a Senadora Heloísa Helena e eu. Então, as duas Casas se juntaram e apresentaram, sem dúvida alguma, subsídios importantes visando à completa recuperação do nosso rio e à execução de projetos de desenvolvimento sustentado ligados à agricultura, à irrigação, à piscicultura, à navegação, ao turismo rural. Enfim, as duas Casas fizeram um trabalho edificante, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, como consta dos Anais da História do Brasil, que resultou em dois relatórios que poderão servir de base aos estudos que estão sendo realizados junto ao Governo Federal, coordenados por V. Exª.

Desde 1946, havia a previsão de recursos da ordem de 1% para a realização de projetos visando ao fortalecimento da bacia do rio São Francisco. Em face dessa verba obrigatória, criada na Constituição de 1946 – creio que o Presidente José Sarney já estava por lá como constituinte e tenho certeza de que foi um dos grandes defensores dessa idéia, assim como o Deputado Novaes, pelo Estado da Bahia –, criou-se Três Marias, obra que evitou as enchentes, como também permitiu a realização de trabalhos fundamentais na área de saúde. A Fundação Sesp esteve lá para ajudar as pessoas mais pobres da região.

Com o advento da Constituição de 1967, não se destinou mais nada para o rio São Francisco. Foi promulgada a Constituição de 1988, e permaneceu a mesma omissão. Ou seja, duas oportunidades de ouro tivemos para fortalecer o rio São Francisco, com a obrigatoriedade do direcionamento de verbas constante nas Constituições de 1967 e de 1988.

Contudo, Sr. Presidente, essa correção foi feita pelo Senado Federal, que aprovou a Emenda Constitucional nº 27, por unanimidade, com o voto de V. Exª, do Presidente José Sarney e de todos aqueles que participaram da legislatura passada.

Para concluir, porque já me alonguei muito, Sr. Vice-Presidente, saliento que a água é um bem que pertence a todos, é um bem da humanidade. Até os índios – e algumas pessoas pensam que eles ignoram a importância da água – consideram vital sua permanência no seio da humanidade, pois a água traz o peixe para sua alimentação, o banho que permite a limpeza do corpo. Afinal, a água é importante para tudo, é vida! Basta dizer que temos 70% de água no corpo. Os índios se reuniram com pessoas de outras cores na Bolívia e dessa reunião nasceu uma pequena proclamação em torno da importância da água na ecologia mundial:

> A água pertence à terra e a todas as espécies e é sagrada para a vida. Portanto, a água deve ser conservada, recuperada e protegida para todas as gerações futuras. Os seus padrões naturais devem ser respeitados. A água é um direito humano fundamental e uma custódia pública a ser protegi-

da por todos os níveis de Governo. Portanto, ela não deverá ser negociada, privatizada ou comercializada para propósitos comerciais. Esses direitos devem ser salvaguardados em todos os níveis de Governo. Em particular, um tratado internacional deve assegurar que esses princípios não sejam controvertíveis. A água é mais bem protegida pelas comunidades locais. Cidadãos devem ser respeitados como parceiros iguais aos Governos na proteção e regulação da água. O povo da terra é o único veículo para promover a democracia e para salvar a água.

Veja V. Exª que homens simples se reuniram e conseguiram divulgar, pela imprensa, para o mundo inteiro palavras simples, mas que expressam o sentimento de todos nós, quando dizem que as comunidades locais devem ser ouvidas no uso da água. Daí a importância dos comitês de bacia, que são constituídos de autoridades, de instituições e de pessoas ligadas ao aproveitamento da água naquele local. Por essa razão, enalteço o trabalho que V. Exª desenvolveu.

Se o Sr. Presidente me permitir, presto uma homenagem ao rio São Francisco. Não sou poeta. O Sr. Epitácio Mendes Silva enviou-me uma poesia pela Internet por ocasião do lançamento dessa proposta.

Rio São Francisco

De gota em gota te formaste,
cristalino, manso, e logo caudaloso,
nas longínquas e alterosas nascentes
como uma imensa dádiva de Deus.
E dia a dia segues, inconfundível,
do gotejante berço até o mar,
desenvolto, belo e imperecível;
correndo sobre desfiladeiros e planícies.
Fecundas as tuas margens, teus vales, tuas ilhas,
e a luz do sol brinca, ágil, em tua superfície,
enquanto a vida explode em alegrias, quando passas,
criando em teu percurso eternas esperanças.
Ah!, Velho Chico da minha infância machucada,
quando eu sonhava tuas águas transportadas
para as longínquas solidões do meu sertão
onde há misérias e a vida é uma aflição.

Essa pessoa já tinha a visão de que, um dia, a revitalização e a transposição ocorreriam ao mesmo tempo.

Sr. José Alencar, cumprimento-o pelo seu trabalho e manifesto o meu apoio integral a V. Exª e ao Governo Lula para que realizem o sonho daqueles que vivem hoje na miséria – do lado de cá, as pessoas que têm o rio São Francisco e, do lado de lá, aquelas que não têm o rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de conceder a palavra ao Vice-Presidente José Alencar, eu queria, motivado pelas palavras do Senador Antonio Carlos Valadares, registrar que, quando inaugurei o Pólo de Irrigação de Petrolina, tive a oportunidade de dizer que o rio São Francisco dava uma lição diária a todos os brasileiros, um exemplo, nascendo numa região rica e correndo para uma região pobre. Muitos homens nascem em regiões pobres e dirigem-se para regiões ricas. O rio São Francisco nos dá o exemplo diário do que devemos fazer: levar dos ricos para os pobres.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente José de Alencar.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA (José Alencar) – Sr. Presidente, dois Senadores usaram da palavra e não respondi a S. Exªs. Um deles é o eminente Senador Roberto Saturnino, a quem agradeço a generosidade das palavras ditas em relação à minha pessoa. S. Exª é suspeito quando fala de mim porque fomos irmãos neste Senado. Tive a honra de trabalhar ao seu lado, participando sempre da sua atuação, com todo o respeito que merece de todos nós. Muito obrigado.

Também agradeço ao eminente Senador Antonio Carlos Valadares as suas manifestações. S. Exª leu parte de um pronunciamento meu no Senado a respeito da proposta de Emenda Constitucional nº 27, de sua autoria, aprovada no Senado Federal, que está tramitando na Câmara dos Deputados, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação por unanimidade. Naquele tempo, falei, talvez em outras palavras, que, antes da transposição, precisaria haver a revitalização do rio, com o seu desassoreamento e a recomposição das matas ciliares. Citei a Embrapa como um grupo técnico capaz de oferecer sugestões de espécies nativas para serem plantadas ao longo do rio, etc. Vejam que eu pensava dessa forma também por ouvir dizer que não poderia haver transposição sem se fazer primeiro a revitalização

do rio porque ele estava morrendo. E eu era testemunha de que o rio estava morrendo porque tenho uma propriedade em frente ao São Francisco. As mães, naquela região, ficavam com medo de que os meninos se afogassem na beira do rio; hoje, os meninos atravessam até a Ilha do Meio. As navegações passavam por lá; hoje já não passam mais porque o rio está assoreado. Eu pensava, como todos, que o rio estava morrendo, que teríamos que salvá-lo. Mas como iríamos tirar a água lá de cima, à jusante de Sobradinho?

Na minha primeira reunião sobre esse tema, perguntei sobre a queda da vazão do São Francisco, e a resposta foi que não houve queda. Eu questionei se a vazão do rio era a mesma, e me disseram que sim, que tinha havido o assoreamento e o alargamento da calha. O rio deixou de ser navegável e ficou raso, mas a vazão é a mesma, tanto que a barragem de Sobradinho libera 2.060 m3 por segundo, vazão superior à liberada por aquela barragem do Egito, que é a maior do mundo.

Ora, o volume da tal barragem é de 150 bilhões de m³ de água, ao passo que o de Sobradinho é de 35 bilhões de m³ de água; portanto aquela barragem é 4,5 vezes maior do que a brasileira. No entanto, a barragem do Egito libera, de vazão, apenas 1.800 m³ por segundo, enquanto a nossa libera 2.060 m³ por segundo. Então mudei de idéia. Hoje acredito que podemos pensar, sim, em transposição porque temos água para realizá-la; temos, sim, senhor. Mas a grande oportunidade para a revitalização do rio, além dessa abençoada PEC 27, proposta que recebeu esse número no Senado Federal e que hoje está tramitando na Câmara dos Deputados – e vai ser aprovada, se Deus quiser –, é que estamos atentos à revitalização e à conservação, enfim, a todas aquelas obras de um projeto, mas que deverão ter continuidade de manutenção. Isso porque outras cidades advirão, com outros esgotos, outras fábricas ribeirinhas. Então, temos que fazer um trabalho grande de manutenção, para que o rio realmente se salve no momento e para o futuro.

Mudei de idéia, assim como muitas pessoas mudaram. Por exemplo, o Senador Almeida Lima disse que não concordava com a transposição antes da revitalização. Foi exatamente o que eu disse há dois anos. Mas, S. Exª, sentindo que poderia transigir, falou: "Quero que primeiro se estabeleça um prazo de quatro anos para a revitalização". S. Exª deixou, portanto, por quatro anos. Acredito que se S. Exª participar conosco, como homem de Sergipe que é, e conhecer bem o que desejamos fazer, também irá defender a transposição ainda que no bojo de um programa que contemple a revitalização, como é o caso. Muito obrigado e parabéns pela sua proposta de emenda constitucional!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente José Sarney, Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, figura exponente do nosso Partido.

Quis o Senhor Deus, ou, como diz o Presidente José Sarney, quis alguma armadilha do destino, que V. Exª tivesse a honra de conduzir o projeto dos brasileiros de levar água aos nossos irmãos que sofrem tanto no sertão.

Essa é uma obra muito bonita e que está à altura do Marechal Rondon, o grande brasileiro que se destacou nas comunicações e na consolidação de nossas fronteiras, ou do Pacificador, Marechal Duque de Caxias.

Peço a Deus que inspire V. Exª para que esse projeto possa correr como as águas do São Francisco. V. Exª, dando uma lição a todos nós, ensinou-nos que a profundidade não tem nada a ver com a vazão, que é constante; a velocidade talvez mude, mas a vazão é constante.

Eu queria, muito humildemente, contribuir com V. Exª nesta sessão histórica do Senado. Na época em que morei no sertão – morei em Irecê, na Bahia –, sempre estive convencido de que a água era fundamental para acabarmos com a miséria. Um dia, peguei o carro e fui, lado oeste, cem quilômetros, em direção ao rio São Francisco. Cheguei a uma cidade muito pitoresca chamada Xique-Xique, cujo povo era maravilhoso, mas a miséria era a mesma. Verifiquei, Sr. Vice-Presidente, que o problema não é só a água. O Senador Almeida Lima foi muito feliz ao manifestar sua idéia. Lá em Poço Redondo, onde estive com o Prefeito, Frei Enoque, a água do São Francisco está ali, mas a miséria persiste.

Portanto, gostaria de pedir a V. Exª que, além de executar esse programa tão fantástico, incluísse também a revitalização da Emater, da Codevasf e da Sudene, para que, depois de serem construídos os canais e a água ser levada à parte mais seca do sertão, haja grandes plantações. A nossa querida Paraíba, por exemplo, produz o abacaxi mais doce do mundo. A minha Irecê possui a fruta-de- conde mais doce. Não sei se V. Exª já reparou, Sr. Presidente, a fruta-de-conde, que alguns chamam de ata ou pinha, parece um dinossauro. É nativa do sertão e, fisicamente, representa o nordestino, que por fora tem o aspecto dolorido, mas por dentro tem uma doçura incomparável.

Sr. Vice-Presidente, hoje há muita erudição neste plenário. Quando se fala em irrigar o sertão, todos nos transformamos em poetas e filósofos, sonhamos acordados porque o assunto nos empolga muito. Eu gostaria de deixar minha cooperação lembrando Israel. Quem sabe V. Exª leva para o sertão também o "rio mangueira": milhares e milhares de quilômetros de mangueiras furadas de cinqüenta em cinqüenta centímetros, transportando água do rio São Francisco e dos canais, a fim de molhar, gotejar água – não se trata de água desperdiçada, mas de água contabilizada –, irrigando, assim, cada pé de feijão, de milho, de melancia, de tudo que plantaremos no futuro paraíso que V. Exª haverá de trazer para o povo brasileiro.

Parabéns a V. Exª! Que Deus o abençoe! Muito sucesso!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há muita nordestina que é doce por fora e por dentro, Sr. Presidente. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os Anais registrarão os sentimentos de V. Exª.

Antes de conceder a palavra ao Senador José Agripino, quero transmitir à Casa que o Vice-Presidente José de Alencar comunicou-me que tem um compromisso às 18h30 min. Assim, peço aos oradores inscritos que obedeçam ao tempo regimental de modo a darmos oportunidade a todos de interferirem nesse debate.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quantos faltam ainda Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em seguida, estão inscritos os Senadores José Agripino, José Maranhão, Teotonio Vilela, José Jorge, Senadora Heloísa Helena, Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Pedro Simon, Alberto Silva, Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati, João Ribeiro, Leomar Quintanilha e Aelton Freitas.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Vice-Presidente da República, Dr. José Alencar, depois de tudo que aqui foi dito pelos Senadores, por aqueles que perguntaram, e por V. Exª, que respondeu aos debatedores, não há muita consideração técnica a fazer. Quem se propõe a fazer um programa de transposição de águas se preocupa, é claro, com a revitalização do rio, que é a primeira etapa, com a transposição das águas – aí incluída a transposição do Tocantins –, com a distribuição da água, com o parcelamento do solo, com o módulo rural a ser irrigado, com a capacidade de produção e com a comercialização do que venha a ser produzido, para dar conseqüência prática e econômica ao investimento.

Queria fazer aqui uma consideração rápida, dentro dos cinco minutos que me são concedidos. Vice-Presidente José Alencar, V. Exª sabe que esse projeto vem atravessando governos, vem desafiando governos: um imaginou o projeto; outro fez a licitação; outro contratou o projeto; outro o recebeu; agora este Governo se propõe a realizar as obras.

Algumas etapas importantes foram vencidas. A mais importante, a execução, está posta sob a responsabilidade de V. Exª. Não quero fazer nenhuma pergunta de ordem técnica, porque entendo que V. Exª, como dizem no meu Estado, é um homem tinhoso. Sabe o que é tinhoso? É ferrinho de dentista, que bate no lugar certo para doer e para resolver o problema.

Conheço V. Exª, que levou a Coteminas para o meu Estado. É um empresário vitorioso. Inventou de ser Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e acabou sendo. Inventou de ser Senador e terminou sendo. Inventou de ser Vice-Presidente e terminou sendo. Agora, entregaram a V. Exª a tarefa de viabilizar a transposição do rio São Francisco. Pois quero ver se V. Exª é o tinhoso. V. Exª, que já marcou tantos gols na vida, a terminar pelo último, o da taxa de juros, foi o primeiro com coragem. V. Exª é o Vice-Presidente da República, e quando se pronuncia as estruturas de poder tremem. V. Exª não foi nomeado, foi eleito, e fala com autoridade para contestar. E de tanto falar, a taxa de juros começou a cair. Depois de V. Exª todos falaram – eu já falei, naquela tribuna e aqui, inúmeras vezes. Mas o fato é que a taxa de juros começou a cair e tem que cair mais.

O tinhoso, o ferrinho de dentista, José Alencar, Vice-Presidente da República, um homem que tem meu apreço pessoal, está agora encarregado da tarefa de executar a transposição do rio São Francisco.

Eu queria, dessa reunião em que gastamos tanto tempo, o tempo de V. Exª e todo o nosso tempo, ter a convicção de que esse projeto vai sair; e terei essa convicção na hora em que V. Exª me der uma resposta. Em tudo que V. Exª se envolveu deu certo. Isso é um gáudio para sua vida. Mas me diga agora, Vice-Presidente José Alencar, nas tarefas que V. Exª tem como Vice-Presidente, qual a prioridade que dá à realização da obra da transposição do rio São Francisco? Se for a um ou a dois, sairei daqui tranqüilo. Se não for, saio daqui triste.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Exmº Sr. Vice-Presidente José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Obrigado, Sr. Presidente.

O nosso eminente Senador José Agripino me conhece há algum tempo, porque S. Exª era Governador do Estado do Rio Grande do Norte quando eu lá cheguei. Também conheço bem o Senador José Agripino e sei do seu valor de homem público, de engenheiro e, permita-me dizer, de um bom amigo que possuo naquele Estado.

No Sermão da Montanha, foi dito por Jesus Cristo: "Onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração." O meu coração está sempre ligado às minhas responsabilidades e especialmente dedicado àquelas nas quais acredito. E essa é uma responsabilidade que me foi passada, à qual quero me dedicar com todo o meu coração. Se eu puder participar de um projeto dessa natureza, ainda que como coadjuvante – não tenho nenhuma pretensão –, ficarei muito agradecido ao Presidente, às forças políticas do Senado, da Câmara e de todos os Estados envolvidos. Estou procurando, também, ao defender o projeto, ouvir todos com atenção. Aqui hoje não houve participação das autoridades ligadas às questões ambientais. Tenho participado de reuniões em que essas autoridades estão presentes e têm todo o tempo para defender suas idéias. Temos discutido com todas. É claro que não podemos tomar alguma atitude da qual possamos amanhã nos arrepender, razão pela qual um projeto dessa natureza há que ser levado ao conhecimento de todas as comunidades interessadas – comunidades nacionais, a começar pelas comunidades diretamente interessadas, as que pertencem à bacia do rio e as que serão receptoras de água do rio.

A cada dia que passa vou me inteirando mais do projeto, realizando reuniões, discutindo, dialogando, conversando com os técnicos, especialmente com os ambientalistas, e vou me convencendo de que o projeto pode ser viabilizado. Se ele for viabilizado do ponto de vista ecológico e técnico, tem viabilidade estratégia de tal natureza que supera a própria viabilidade econômica, que também é gigantesca, então pode ser realizado.

V. Exª falou uma palavra que eu não iria pronunciar aqui. Eu saio de manhã de casa e prometo a minha mulher: hoje não falo de juros. Mas V. Exª falou de juros. Então, apenas para efeito de comparação, 1% ao ano da taxa básica do Banco Central seria suficiente não só para realizarmos a obra em tempo recorde – em três anos, por exemplo. Então, poderíamos convidar os credores, mostrar o projeto e pedir que nos arranjem 1%; estamos pagando 22%, poderemos pagar 21%, nos arranjem 1% para levarmos água para o semi-árido setentrional, 0,3% do PIB ao ano, ou melhor, 0,2% para realizarmos em quatro anos, ou dois décimos por cento do PIB para realizarmos em quatro anos.

Então, esse é um projeto absolutamente viável, repito, ilustre Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pegue essa bandeira, Sr. Presidente, é uma grande bandeira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ ALENCAR – Perdemos o costume de encarar projetos importantes para o País, tanto que, no campo da infra-estrutura de transporte, por exemplo, estamos precisando realizar uma obra gigantesca, até de salvamento, da malha que foi construída. Da mesma forma, tivemos problemas de energia elétrica num passado não remoto. Temos que nos habituar novamente a enfrentar grandes projetos, desde que realizados com probidade absoluta e competência para evitar desvios, custos exagerados e respeitar cronogramas para realizar os projetos no tempo para o qual foram programados, a fim de que os recursos rendam.

Assim como há a sinergia das águas, vamos fazer uma sinergia dos nossos recursos, com um cronograma bem-feito, capaz de ser cumprido pelo Estado. Vamos realizar essa obra. Tenho confiança de que podemos realizá-la.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador José Maranhão.

Anuncio a lista dos próximos oradores: Senadores Teotonio Vilela Filho, José Jorge, Heloísa Helena, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Pedro Simon, Alberto Silva, Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati, João Ribeiro e Leomar Quintanilha.

V. Exª tem a palavra, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente José Sarney, Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, sou filho, talvez, do Estado mais seco de todo o Nordeste. A Paraíba tem 75% do seu território encravado no chamado semi-árido e quase toda a área de cristalino. E a própria exposição que V. Exª fez revela as limitações desse território forrado de rochas, que ora está a 2 metros de profundidade, ora está aflorando.

Quando governei o Estado da Paraíba, senti na própria pele o que significa não ter água de beber. Para alguns Estados, a impressão que se tem é que a Paraíba ou o Rio Grande do Norte ou o Ceará, que não contaram com os benefícios da natureza, querem agora contar com os benefícios da administração pública. Mas não é isso. Não queremos água para irriga-

ção, até porque sabemos que os recursos hídricos do Nordeste, como um todo, são escassos. Queremos água para a sobrevivência da nossa população.

Este ano, o inverno foi tido como regular na Paraíba e no Nordeste. A estação das águas termina no mês de julho, mas há quatro meses, em muitas partes do Estado da Paraíba, a única água que se tem para beber é a transportada no carro-pipa, com todos aqueles inconvenientes que se conhecem para a saúde pública.

Este Projeto de Transposição vem sendo acalentado pelo povo do meu Estado há muitos anos. Acredito que antes de eu nascer isso já era o sonho e a esperança de todos os paraibanos. Recentemente, houve esforços válidos de vários Ministros, especialmente de Aluízio Alves, que foi o primeiro a consolidar uma proposta do Governo Itamar Franco. Parecia que o projeto iria começar. Depois que o Ministro Aluízio Alves deixou o Ministério, o projeto parou.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Fernando Bezerra deu um passo decisivo na direção da consolidação deste projeto. O Senador Ney Suassuna, que também passou pelo Ministério, fez a sua parte. Mas sentíamos que havia algo muito forte que nos tirava a crença: é que faltava a vontade política para esse empreendimento. E sentimos essa vontade agora, não somente pela decisão do Presidente Lula, que é nordestino e conhece as limitações da nossa Região – sendo um emigrante da seca –, sentiu na sua própria pele o que significa não ter água sequer para beber. Mas acreditei muito mais no projeto quando Sua Excelência delegou a V. Exª, Sr. Vice-Presidente, a tarefa de coordenar e liderar as equipes administrativas e técnicas que estão elaborando e que certamente vão executar esse empreendimento.

Por tudo isso que o Senador José Agripino falou aqui sobre a sua personalidade, de **self-made man,** de homem que se fez pelas suas próprias qualidades, mas, sobretudo, por sua fé no que faz, que conseguiu se realizar como empresário bem-sucedido, empresário que sabe o que faz; por tudo o que falou o Senador José Agripino, e V. Exª, já em uma idade – e não o estou chamando de velho, nem se preocupe com isso – em que todos têm o direito de fruir um pouco o repouso e os recursos que o trabalho concede, se lança em vários projetos políticos: candidato a Governador do Estado de Minas Gerais, candidato a Senador e a Vice-Presidente da República. Porque esse trabalho é de fé.

Eu ouvi aqui alguns companheiros nossos, como legítimos representantes de seu povo, refletindo a legítima desconfiança das populações ribeirinhas do São Francisco, dizerem que era preciso começar pela revitalização, para depois começar o Projeto de Transposição, propriamente dito.

Eu estou tranqüilo com relação a tais sugestões. Tenho certeza que o projeto não pode e nem deve ser feito assim. Por que não começar simultaneamente a revitalização e a execução dos canais, a distribuição da água?

É importante e urgente a revitalização, mas a seca nordestina, a falta d'água é anterior à degradação do São Francisco. A natureza não fez um São Francisco sem matas ciliares, foi a imprudência do homem que fez isso. Mas foi a natureza que fez uma Paraíba sofrendo a falta d'água, ressequida, de retirantes.

E o próprio Presidente José Sarney – permita-me essa inconfidência, Sr. Presidente – sabe o que significa ser um retirante, porque S. Exª tem origem familiar na Paraíba, cuja família se deslocou para o Estado do Maranhão, procurando as águas. Essa é a busca de todos nós, sobretudo nessa parte mais sofrida do semi-árido nordestino.

Nós sabemos perfeitamente que os Estados beneficiários da transposição precisam estar preparados para isso. Cada um precisa fazer a sua parte. E vejo, hoje, muitos Governadores chorando, porque precisam de mais recursos, descompromissados com a saúde e com a educação, para realizar obras que, de outra forma, não realizariam; Governadores lamentando a carência de recursos. Mas, com um pouco de boa vontade, todos os Estados poderão fazer a parte que lhe cabe nisso.

Eu estou falando, modéstia à parte, com a tranqüilidade de quem procurou cumprir o seu dever nesse processo. Na minha modesta administração, eu procurei preparar o Estado da Paraíba para o advento da transposição, construindo as barragens e até os canais de transposição interna, para capilarizar os benefícios da transposição, em que eu acredito e que, certamente, agora, vai-se concretizar. Nós construímos 14 barragens, já com esse objetivo; construímos 37 Km de canais de transposição, para utilizar as águas do Sistema Curemas/Mãe D'Água, o maior açude que temos, construído há 60 anos, mas que, até então, não havia tido utilização econômica, porque as suas águas ficavam insuladas num recanto do Estado da Paraíba e o solo ficava inadequado para a prática de agricultura moderna irrigada.

Construímos 1,2 mil km de adutoras para distribuir a água dos reservatórios que já existiam e de outros que construímos, de maneira que todas as cida-

des tivessem um abastecimento d'água digno e decente.

A Paraíba está pronta e madura, Sr. Vice-Presidente, aguardando a construção da transposição do São Francisco. Agora, com a decisão de quem quer realmente fazer as coisas, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva resolveu incorporar a este projeto a transposição do rio Tocantins. Aqui ouvi, quando se falava na doação do Estado do Tocantins, que isso era um benefício para o Tocantins. Bendito benefício que traz esse presente para o Nordeste sofrido, que não tem água de beber! Drenar o Tocantins e abastecer o Nordeste brasileiro é, sem dúvida nenhuma, a maior tarefa deste Governo e digo isso não apenas para essa parte do Nordeste, mas para todo o País, que sabe quanto custam – e quanto já custaram – obras de emergência. E é por saber disso que o povo brasileiro, em pesquisa de opinião pública, realizada há três ou quatro anos pela Confederação Nacional da Indústria, na razão de 85%, aprovou a transposição do rio São Francisco. Esse espírito não é apenas a marca da solidariedade brasileira, mas é, sobretudo, marca de inteligência. Todos sabem que a transposição representará, a longo prazo, não apenas a emancipação econômica e social do povo, mas uma grande economia do Tesouro Nacional que, assim, ficará desonerado da responsabilidade de praticar a política de emergência sempre que ocorre uma seca no Nordeste.

Sr. Vice-Presidente da República, muito obrigado. Que Deus continue lhe dando essa teimosia que não o faz obedecer nem aos apelos prudentes de sua esposa, quando lhe pede para não falar mais em taxas de juros! Continue falando em taxas de juros, porque, graças a essa fala, muita coisa positiva já aconteceu nesse campo. Continue obstinado, lutando pelas boas causas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço ao Sr. Vice-Presidente da República que possamos agora ouvir os oradores que estão inscritos, para avançarmos na pauta. No final da sessão, S. Exª, então, responderia aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Teotonio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente da República, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Ciro Gomes, que está presente nos honrando, Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, aprendi a admirar V. Exª nesta Casa por sua história de vida, pela sinceridade e pela firmeza com que defende suas convicções.

Em Alagoas, recentemente, durante sua visita para discutir justamente questões envolvendo a revitalização e a transposição do rio São Francisco, V. Exª, com sua postura democrática, atenciosa e cuidadosa, conduziu os debates que estavam previstos para durar duas horas e prorrogou o tempo até que todos os participantes tivessem a chance de opinar, às vezes de forma dura em razão do sofrimento inerente de quem vive no sertão, sobretudo com falta d'água. V. Exª sempre age com muita atenção e com a visão de que a missão que lhe foi confiada apenas poderá ser bem sucedida, na medida em que o debate e a participação dos brasileiros chegarem a um lugar comum.

Cumprimento V. Exª pela sua postura em Alagoas. A impressão dos alagoanos foi a melhor possível e, sem nenhuma dúvida, quanto ao trabalho que o Presidente da República lhe incumbiu, houve um avanço importante no pequenino Estado das Alagoas.

Como Senador da República, fui, desde o Governo do Presidente Fernando Henrique, favorável ao processo de transposição das águas do rio São Francisco, arrostando alguns reveses: enfrentamentos e confrontos no meu Estado, pelos motivos que V. Exª ouviu de vários participantes daquele encontro lá nas Alagoas.

Sou favorável à transposição, sim, com as condicionantes que fiz questão de dizer e que é opinião da maioria dos alagoanos. Em primeiro lugar, pelo que unanimemente disseram nesta sessão, que é a revitalização e a saúde do rio São Francisco, doente pela forma incorreta como se trata a agricultura, que tem degradado o rio, pelo assoreamento das matas ciliares, e pelo esgotamento sanitário das cidades que o margeiam.

O segundo ponto que, como alagoano, eu não poderia deixar de registrar nesta sessão é a questão do Baixo São Francisco, que, diferentemente do Alto e do Médio São Francisco, sofreu conseqüências terríveis por conta das barragens e das represas da Chesf, que fizeram um bem imenso ao Nordeste, pois são 10.600 **megawatts** instalados e gerando energia para o desenvolvimento e gerando renda, empregos e melhoria para a vida das pessoas. Ninguém questiona aquilo, mas a repercussão à jusante foi uma verdadeira catástrofe para o Baixo São Francisco. O rio ficou esterilizado. Não temos mais aquelas enchentes que fertilizavam os baixios, que enchiam as lagoas das margens do rio e propiciavam a proliferação dos peixes que alimentavam milhares e milhares de ribei-

rinhos; o fenômeno da piracema deixou de existir – aquela variedade de peixes que tinham que subir o rio para desovar; a produção de arroz, que nos baixios era fertilizada pelas enchentes e que traziam matéria orgânica e que fizeram de Alagoas um dos maiores produtores de arroz do Brasil, praticamente acabou. A agricultura e a pesca desapareceram. A água do Rio está limpa, límpida, parece uma piscina, muito bonita, mas em compensação, em termos de economia, isso foi um desastre.

Atendendo ao Presidente, Senador José Sarney, e procurando encurtar o tempo, é fundamental neste processo que envolve as ações da revitalização do rio São Francisco que o Baixo São Francisco tenha prioridade nas ações para minorar o sofrimento daquela população, até porque os projetos estão feitos. Não podemos nos incomodar em mandar 60 m³/s ou 100 m³/s para a Paraíba do Senador José Maranhão, para o Rio Grande do Norte do Senador Garibaldi Alves Filho, ou ainda para o Ceará do Ministro Ciro Gomes. É água para beber, água para os nossos irmãos! Estão passando lá em Alagoas 1.800 m³, 2.000 m³ de água que estão indo para o mar, praticamente sem nenhum aproveitamento em meu Estado, como se aquelas águas fossem encantadas ou envenenadas.

Então, Sr. Vice-Presidente, há projetos em Alagoas, e são projetos já em andamento, como o Canal do Sertão. O Ministro Ciro Gomes, com quem estivemos, assegurou – e já está no Plano Plurianual – a continuação das obras do Canal do Sertão, mas os recursos previstos no Orçamento para este ano estão contingenciados. É preciso que vão recursos para o Ministério da Integração Nacional, do Ministro Ciro Gomes. As adutoras estão com as obras paralisadas, os programas de piscicultura também estão paralisados. O reinício das obras do baixo São Francisco será um sinal importantíssimo para os alagoanos, já que os projetos estão prontos, a maioria das obras já iniciada, mas infelizmente os recursos estão inteiramente contingenciados.

Eu faria outras considerações se houvesse tempo. Quero parabenizar V. Exª pelo convite que fez ao Presidente do Comitê da Bacia do São Francisco, José Carlos, e ao Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Jerson Kelman, órgão que tem institucionalmente uma condição excepcionalíssima de dar uma grande contribuição a esse projeto, tendo em vista que nossa legislação é das mais avançadas do mundo quanto aos recursos hídricos.

Muito obrigado pela atenção e desculpe-me, Sr. Presidente, pelo tempo que excedi, mas V. Exª, como nordestino, sabe que essas questões são muito importantes para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge e, em seguida, à Senadora Heloisa Helena.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente José Sarney, Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, Sr. Ministro Ciro Gomes, Srªs e Srs. Senadores, antes de apresentar algumas perguntas que preparei, gostaria de resumir a minha opinião sobre o assunto.

Em primeiro lugar, quero congratular-me com o Vice-Presidente José Alencar e com o Governo Lula por tê-lo escolhido para coordenar esse projeto. O Vice-Presidente José Alencar é homem experiente, veio da iniciativa privada, está na vida pública agora e, certamente, tem todas as condições, na função de Vice-Presidente, para coordenar todos os Ministros que estarão integrados nesse programa. Gostaria de congratular-me com S. Exª pelo trabalho que está realizando e desejar-lhe boa sorte.

Em relação ao trabalho propriamente dito, gostaria de dividi-lo em duas questões: uma delas seria o estudo integral da Bacia do São Francisco e todas as utilizações possíveis da água do rio nessa Bacia, como, por exemplo, para a energia elétrica – uso para o qual a água já está praticamente toda utilizada hoje –, para o abastecimento humano, para irrigação, para navegação. Para tudo isso, esse trabalho integrado apresentado a nós pelo Vice-Presidente é muito importante. É um projeto de grande vulto, e, sem dúvida alguma, todos nós, nordestinos, vamos apoiá-lo nesse trabalho e na forma de conduzi-lo. Então, por esse ponto de vista, creio que haja uma espécie de consenso sobre o assunto, todos somos favoráveis a ele.

Outro ponto é a transposição em si. O que chamo de transposição, evidentemente, é tirar água do São Francisco para outras Bacias. Esse é um tema muito mais polêmico, cuja decisão é muito mais difícil de ser tomada. Em primeiro lugar, vamos tirar água da Bacia do rio São Francisco para o abastecimento humano de outras regiões, como falou o Senador José Maranhão. Creio que isso possa e deva até ser realizado. Em segundo lugar, quanto à iniciativa de tirar a água do São Francisco para irrigação, aí me desculpem, Sr. Vice-Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mas sou absolutamente contrário a essa decisão. Por quê? Basta olharmos, por exemplo, para a situação de Pernambuco. O Estado tem quase 400 quilômetros de área ribeirinha do São Francisco, mas, hoje em dia, o rio abastece apenas cerca de 15 a 20 Municípios. Só há duas adutoras: uma concluída há dez anos

e outra em construção, inclusive paralisada no momento. Portanto, se Pernambuco, que possui 400 quilômetros de área ribeirinha, não tem condições de atender os Municípios próximos ao rio São Francisco, muito mais difícil atender fora da Bacia do rio. Acredito que devemos iniciar o trabalho pela Bacia do rio São Francisco, mas sabemos que irrigação consome muita água.

Então, gostaria de deixar clara a minha posição. Para abastecimento humano, principalmente em adutoras fechadas, onde não há problema de evaporação, podemos transportar água para onde for necessário. Mas, para irrigação, devemos dar prioridade à Bacia do rio São Francisco, onde ainda existe um potencial enorme de irrigação a ser realizada.

Além de dar minha opinião, gostaria de dirigir algumas perguntas ao Sr. Vice-Presidente:

1. Qual a garantia de simultaneidade e paridade de recursos entre a transposição e a revitalização da bacia do São Francisco?

2. Existem informações consistentes quanto ao custo da água transposta e, conseqüentemente, segurança para determinação do preço a ser pago pelos usuários e subsídios a serem assumidos pelo Estado brasileiro?

3. Como justificar, para os que vivem a pequena distância do rio São Francisco e sofrem os efeitos da seca, que a água do Velho Chico vai ser elevada a 150 ou 300 metros e percorrer centenas de quilômetros, enquanto eles continuarão desassistidos?

4. O projeto atualmente concebido possibilitará grandes perdas por evaporação. Qual o volume de água perdida em função da evaporação?

5. Por que não construir adutoras, cujo projeto poderia ser implementado em etapas, dando prioridade, assim, às regiões mais críticas, em substituição à construção de canais abertos?

6. A Chesf, desde a sua fundação, tem conduzido diretamente a construção e operação das Usinas Hidrelétricas do Rio São Francisco. Diante do fato de que o potencial hidrelétrico do São Francisco está praticamente esgotado, qual será o papel da Chesf na implementação desse projeto de transposição, considerando que ela dispõe em seus quadros de pessoal profissionais altamente qualificados e atualmente disponíveis, porque estão apenas operando as hidrelétricas existentes?

7. Cerca de 3/4 da vazão transposta pelo projeto é destinada à irrigação, restando, portanto, cerca de 25% para abastecimento humano e outros usos. Assim sendo, é correto dizer que a transposição vai "matar a sede" de nordestinos?

Sr. Presidente, era isso o que eu queria dizer e peço desculpas à Senadora Heloísa Helena, porque ultrapassei 35 segundos do meu tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Senador José Jorge, acredite no que diz o Senador Eduardo Suplicy. Para alguns, sou doce. (Risos.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permitam-me, Sr. Presidente e Senadora Heloísa Helena, gostaria apenas de cumprimentar o Sr. Vice-Presidente da República pelo seu extraordinário trabalho e entusiasmo. Deixei por escrito minha pergunta, porque tenho um compromisso de vôo.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Senador José Jorge, gostaria de receber suas perguntas por escrito, porque vou lê-las em casa e depois vou entregá-las aos técnicos, para que respondam tudo direitinho a V. Exª.

Perdão, Senador Eduardo Suplicy. Muito obrigado pela manifestação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Senadora Heloísa Helena tem a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro quero saudar a presença do nosso vizinho, nosso querido Senador José Alencar, hoje Vice-Presidente da República, que todos conhecemos. Às vezes, estranho quando algumas pessoas reclamam dos comentários feitos por V. Exª, mas é nada mais do que fez V. Exª durante três anos nesta Casa.

Todos, de alguma forma, somos apaixonados por esse tema, e não apenas os que nascemos à beira do rio São Francisco. Vimos a sua degradação ao longo da nossa história, nós o vimos morrer. Tive a oportunidade de nascer na beira do São Francisco, na velha Jaciobá, que significava espelho da lua, e que hoje é Pão de Açúcar – sempre essa mania de alguma forma agraciar os grandes e poderosos. Há um morro que parece um pão de açúcar, e logo vira uma homenagem às oligarquias.

Tive a oportunidade também de ver o rio morrer. Lembro-me de que eu e a minha querida Senadora, e hoje Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ficávamos trocando informações sobre regiões distintas, o Norte e o Nordeste. Certamente o Ministro Ciro Gomes e os Senadores nordestinos sabem como todos nós nordestinos vimos rios que morriam.

Passei quatro anos da minha infância na roça, à beira do rio Moxotó, ajudando na plantação de tomate, juntamente com minha mãe e sua família. Todos os anos, fazíamos isso. Hoje, o rio não existe mais, em função de problemas, tais como, Poço da Cruz, Arco Verde, Pernambuco. Esse rio não existe mais, assim como muitos outros. Hoje, como a elite política e econômica não colocou à disposição quadras para os meninos pobres do Nordeste praticarem esporte, eles usam o leito do rio seco para jogar futebol. É um tema que mexe com mentes, mexe com corações.

Não vou entrar no debate da transposição, até porque sei que mobilidade de águas e transposição de águas, aqui no Brasil e no mundo, já foram feitas várias vezes. Portanto, não está aí o mistério, embora mistério certamente exista. Às vezes, brinco dizendo que Deus colocou o rio São Francisco no Nordeste e, em compensação, deu uma elite político-econômica bem horrorosa, para compensar, porque senão seria muita ruindade com os outros Estados, fez para compensar.

Agora, se algum de nós está à procura de grandes projetos e de momentos de fé, de confiança, de crença no que pode ser feito no vale do São Francisco, é muita coisa, Vice-Presidente José Alencar, é muita coisa! Não é uma coisa qualquer.

Nesses últimos três anos, V. Exª presenciou – na época Senador, o Senador João Alberto também testemunhou – polêmicas, falsa polêmica, no Senado, entre quem era solidário e quem era egoísta, entre quem queria ser dono do rio São Francisco e quem queria levar as águas do São Francisco, como se as coisas se repartissem, se dividissem dessa forma; mas não é assim.

Quando ouço alguns Senadores de outras regiões falar dos filhos da pobreza, dos que passam fome, sede, digo que o mesmo ocorre em Alagoas. Com certeza, o mesmo ocorre em determinadas regiões do vale do São Francisco, da Bahia, de Minas Gerais, de Sergipe; exatamente a mesma coisa. Na região do rio São Francisco em Alagoas, o que mais facilmente se ouve das pessoas é: "Ah, Heloísa, vejo o rio e não consigo ter o rio para levar água para o abastecimento, para projeto de irrigação."

Vejam o significado de recomposição das matas ciliares! Não é qualquer coisa, já é um grande projeto. A recomposição das matas ciliares, como sabem V. Exª e os técnicos, é de alta complexidade, não é só pôr as plantinhas lá, mas envolve médio e longo prazos. Recompor as matas ciliares – são 270Km, fora os afluentes – é muita coisa. Mais de 1.000Km² no vale do São Francisco é muita coisa!

Imaginem que desafio: são 503 Municípios no vale do São Francisco. Já é muito desafio garantir 100% de saneamento. Vejam que coisa maravilhosa: dinamiza a economia, gera emprego e renda. É muita coisa! A conclusão de projetos de irrigação e de projetos de abastecimento de água para as populações que estão morrendo de fome e de sede no vale do São Francisco é muita coisa também!

Claro que, se pudermos fazer tudo o que lá está estabelecido, estará tudo muito bem. Agora, já é muita ousadia – ousadia que está à luz da persistência, da perseverança de V. Exª e que testemunhamos nesta Casa – que, em três anos de Governo – e não estou nem pedindo aquilo que acredito, como o rompimento com a subserviência ao Fundo Monetário Internacional.

Imaginem que desafio gigantesco! Trata-se de uma tarefa de três anos de revitalização. É um investimento em outros componentes, em matrizes energéticas para que não haja a velha polêmica no sentido de que não se pode usar a água dos reservatórios, dos rios, porque teremos problemas energéticos. É preciso investir em outros componentes de matriz energética ou até fazer o aproveitamento de pequenas barragens e hidrelétricas que já têm projetos na Codevasf. É preciso revitalizar o rio, recompor as matas ciliares e os afluentes. É muita coisa! Cem por cento de saneamento básico para 503 Municípios é algo maravilhoso! É uma grande obra. Vamos concluir os projetos de irrigação de Alagoas e não apenas do Canal do Sertão. Há vários assentamentos que estão à beira do rio e são verdadeiras favelas rurais.

Se conseguirmos, em três anos, viabilizar essas questões já é muita coisa. Para quem gosta de grandes projetos, para quem tem fé, esperança, para quem acredita que mais cedo ou mais tarde este País maravilhoso será uma Nação soberana, justa, igualitária e fraterna, não tenho dúvida, Senador José Alencar, nosso Vice-Presidente, será uma grande tarefa viabilizar todos esses projetos para o vale do rio São Francisco.

Podemos tentar, ainda, outras possibilidades. Enquanto isso é feito, há outras alternativas que, tenho certeza, V. Exª e os técnicos da Casa conhecem. São várias as alternativas para o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis na região. Sabemos que há muitos açudes que foram construídos com o dinheiro do povo para o aproveitamento privado de algumas personalidades, que sempre parasitaram a máquina pública. O aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis, isso é uma alternativa para a Paraíba. Reconhecemos que é um problema mais grave, mas façamos isso.

Vice-Presidente, já considero um grande desafio, um gigantesco desafio tratarmos do vale, da revitalização do rio São Francisco, do melhor aproveitamento dos recursos hídricos existentes em outras regiões, antes mesmo de trabalharmos. A não ser que existam recursos disponíveis para isso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – É evidente que alguns já trabalham com o segundo Governo Lula, pode ser que aconteça, mas pode ser que seja mais uma obra inacabada também. Então, seria bom que tivéssemos um cronograma à luz do recurso que está sendo disponibilizado. Não tenho dúvidas quando ouço V. Exª dizer: me dêem apenas 0,2%. Tão pouco que dizemos até mesmo que é falta de vergonha - alguém deve assistir - não entregar 0,2% para executar um projeto grandioso como esse. Com certeza! Mas sabemos como as coisas andam.

V. Exª acredita que é possível fazer as duas obras – porque nos encontraremos daqui a três anos, certamente não serei mais Senadora, estarei no fim do meu mandato –, vamos nos encontrar e poderemos fazer uma análise. Tenha certeza V. Exª de que, se pudermos, nesses três anos, com meta, cronograma, disponibilidade de recursos, faremos um gigantesco esforço pelo vale do rio São Francisco, e, com certeza, todas as populações e as futuras gerações agradecerão muito de coração, porque estaremos cumprindo o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Pedro Simon. Parece que os Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Guerra, que estavam inscritos, não estão no plenário.

Antes de V. Exª usar da palavra, submeto à votação a prorrogação da sessão por quinze minutos para que o Senhor Vice-Presidente possa concluir.

Se as Srªs e Srs. Senadores estiverem de acordo, assim será feito.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, creio que não estou tirando o lugar de nenhum nordestino, porque seria um atrevimento meu, que venho do Rio Grande do Sul. Vim, tranqüilo e feliz, para esta sessão, primeiro, por estar no nosso meio o ilustre Vice-Presidente, por quem tenho enorme respeito, pela sua luta e passado. V. Exª representa um papel muito significativo ao lado do Presidente da República. V. Exª não é mais um Vice-Presidente. Confio muito na sua sabedoria, capacidade e competência.

Até o início desta sessão, acreditava que essa missão que o Presidente Lula deu a V. Exª era uma das mais importantes — Sua Excelência estava valorizando o Vice-Presidente, mostrando o apreço que tinha por V. Exª e entregando-lhe uma das mais extraordinárias missões do País —, mas estou vendo que a primeira missão de Vossa Excelência será a de acertar com esses nordestinos, porque, na verdade, o que é uma maravilha para uns, para outros parece que não é. Nós, do Sul, sempre tivemos, a distância, uma enorme admiração pelo rio São Francisco. Desde que aprendemos nas primeiras aulas de história, "o Rio da Integração Nacional", aprendemos a ver e acompanhar que realmente o desenvolvimento do Brasil, durante um longo período, foi acompanhando as águas do rio São Francisco. E quando vemos, de um lado, Estados que podem receber e que estão em situação precaríssima e que, com as águas do rio São Francisco, poderiam melhorar, poderiam ter uma chance de avançar...

Vi discursos patéticos daqueles Estados que querem as águas do rio, cobrando dos outros, dizendo que é maldade, "vocês não podem fazer isso conosco, vocês têm que ter caridade com a nossa gente".

E vejo, por parte dos Senadores que acham que o rio não está em condições de fazer as transformações que V. Exª defende, o sentimento de que, na verdade, S. Exas pensam na sobrevivência do próprio rio.

Com toda sinceridade, acho algumas coisas. Primeiro, a Senadora Heloísa Helena disse algo muito importante: essa é obra para começar e fazer. Projeto já temos uma meia dúzia. Só no Governo Fernando Henrique, que eu me lembre, houve três: do Aluízio Alves, o do nosso Ministro aqui e do Senador Ney Suassuna. Penso que é uma destinação política definitiva o Presidente da República assumir: "Eu vou fazer". Então, essa obra é prioritária. Essa acredito que essa é a primeira questão.

A segunda questão é que devemos falar de duas coisas ao mesmo tempo. Concordo com a revitalização do rio e com as pessoas que defendem que ele está morrendo, que é importante fazer obras para sua revitalização, mas também concordo com a transposição do rio e vejo, inclusive, a possibilidade da vinda de outros rios que possam fazer uma verdadeira revolução naquela região. Se ali tivermos um pouco de coragem e um pouco de garra, com a mistura dos rios, poderemos fazer uma obra de primeiríssima grandeza.

Nunca me esqueço, quando li uma obra relatando como foi a transformação da região da Califórnia, que era um deserto mais seco que o Nordeste. Ali co-

meçou com a transposição do rio Colorado. Com a transposição e outras medidas mais, a realidade agora é outra.

Realmente, V. Exª foi escolhido no momento exato. Ninguém melhor do que V. Exª tem condição e autoridade para levar adiante essa obra. Com toda sinceridade, os dois lados que falam têm razão. Se o rio já não é o mesmo em Alagoas e a população já está sofrendo a falta, as condições estão diminuindo e logo ainda farão a transposição, eles têm razão de perguntar como ficará. O Rio Grande do Norte que sonha em ver chegar o rio também está nas suas razões. Mas acredito que dentro do Brasil temos condições de atender os dois lados. A obra vai ficar mais cara ainda? Vai. Mas temos condições. E se analisarmos que ali é questão de uma região se transformar em uma realidade enorme não há dúvida.

O mal é que mesmo no Nordeste, o Brasil gosta das obras grandiosas no gasto e não nas conseqüências. O Brasil fez Itaipu, até então a maior hidrelétrica do mundo. Poderíamos tê-la construído um pouco menor, só brasileira. Isso preservaria e evitaria a destruição de Sete Quedas. Gastaríamos infinitamente menos. Contudo, ela assim não seria a maior do mundo.

Sob a ótica da validade, vale a pena.

Algo que vejo com restrição é a irrigação no Nordeste. Quando o Senador José Sarney era Presidente da República, eu tive a honra de ser seu Ministro e entreguei uma proposta que é copia do que, naquela época, a Índia estava iniciando. Hoje a Índia exporta alimentos. Trata-se da irrigação manual feita com a ajuda das pessoas, com uma singeleza que não gasta quase nada. A nossa, no Nordeste, é igual à de Israel, da Alemanha ou dos Estados Unidos. Não sei se essa pompa é necessária.

Contudo, com a capacidade que V. Exª tem de absorver o que está aqui e de colocar as coisas nos seus devidos lugares, essa é uma obra das que coloco em primeiro lugar no Brasil.

De resto, o meu carinho muito grande e a minha admiração por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr. Vice-Presidente José Alencar, Srªs e Srs. Senadores, gostaria apenas de falar da minha alegria e satisfação em vir a essa apresentação aqui, hoje, à tarde.

Como velho lutador pelas causas nordestinas, principalmente do meu Estado, lutando por essa idéia há tantos anos e vendo a abrangência com que ela está sendo encarada, com toda complexidade que envolve um projeto dessa envergadura e importância, envolvendo todos os aspectos, desde a importância da sobrevivência do próprio rio, das regiões onde estão as nascentes do rio, passando, enfim, por todos os aspectos que podem ter algum tipo de influência, seja ambiental, econômica ou social, eu diria que é um marco importante.

Todos conhecem a minha posição frente ao Governo Lula, de clara Oposição, mas não posso deixar, neste momento, de dizer que o Governo dá um passo importante para todos nós nordestinos. Eu não teria nenhuma indagação maior a fazer, a não ser esse registro, além de expor um assunto já abordado pelo Senador Eduardo Azeredo, de que algumas partes desse projeto estão bastante adiantadas, como é o caso da parte norte que, parece-me, está com o projeto de engenharia concluído, esperando apenas a licitação. E se existe alguma expectativa de quando será feita essa licitação, para que possamos ter também uma visão concreta do desdobramento desse programa que aqui foi tão bem apresentado. Portanto, dou os meus parabéns ao Vice-Presidente da República, José Alencar, e ao Ministro Ciro Gomes por este projeto que é só motivo de alegria para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, José Sarney, meu caro ex-companheiro José Alencar, eu ouvi tudo o que foi aqui exposto e fiquei muito feliz em verificar que obra desse porte foi encampada pelo Governo Lula. Naturalmente e inicialmente, quem poderia dizer que Sua Excelência incluiria no seu programa uma obra de tamanha envergadura?

Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, eu fui Governador do meu Estado duas vezes e gostava, e gosto, de enfrentar as obras difíceis que servem ao povo. E lá, no meu Estado, eu fiz algumas obras; algumas delas ajudadas pelo eminente Presidente José Sarney, que nos deu condições para a solução de muitos desses problemas.

Mas o Piauí foi citado e, nessa globalização de grandes projetos que ouvimos aqui, eu gostaria de perguntar se eu, como ex-Governador do Piauí, engenheiro que sou, apaixonado por esse tipo de obra, poderia fazer parte do grupo de trabalho? Porque, seguramente, o Piauí tem alguma coisa a oferecer, e eu, particularmente, algumas sugestões.

O que me enche de satisfação, Sr. Vice-Presidente, é que uma vez V. Exª me disse que, quando

saiu do mato para estudar, seu pai o aconselhou a estudar aritmética – lembro-me bem disso – e V. Exª estudou muito mais do que aritmética. Ouvi aqui a Senadora Heloísa Helena citar números com detalhes, e V. Exª faz referência a eles com facilidade, porque é um vencedor.

V. Exª conclui o pronunciamento dizendo que este projeto será entregue ao Ministro Ciro Gomes, que está aqui presente e por quem tenho admiração especial. Vizinho ali do lado, disse que ia fazer um canal e fez o Canal do Trabalhador, obra gigantesca, daquelas que aprecio. Está aí o homem que o fez e leva os meus cumprimentos. Cem quilômetros de canal em 90 dias, se não me engano, levando água para Fortaleza, que estava sem água! Agora estou propondo ao Ministro uma pequena unidade de onde vamos tirar água do semi-árido e fazer uma nova engenharia na agricultura do semi-árido. O Ministro já me apoiou, o que me traz satisfação.

Por fim, Sr. Vice-Presidente, como o Piauí foi citado, está incluído – gostaria de lembrar – lá no remanso perto da cidade de São Raimundo Nonato, que agora é centro da apreciação de todo o mundo, por causa do homem americano e da Serra da Capivara. Lá, vai ter aeroporto internacional e não tem água na cidade. Lembro que apresentei um anteprojeto ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que garantiu e jurou, mas não tomou nenhuma providência. Então proponho a V. Exª algo que é barato e rápido: uma adutora de 10 m3 de água por segundo, ao custo máximo de R$30 milhões. Transponho o divisor e levo água para São Raimundo Nonato; de São Raimundo Nonato, perenizo 400 quilômetros de rio dentro do Piauí, com 10 m3 de água por segundo, a um custo de, no máximo, R$30 milhões. Quem sabe V. Exª poderia destacar agora e começar essa obra, pois já temos o projeto praticamente pronto?

Cumprimento V. Exª e agradeço a oportunidade. Estamos prontos para ajudar não só a grande obra que o Presidente Lula está fazendo, como também já entregamos nas mãos de Sua Excelência o que creio ser uma solução definitiva para o problema das estradas brasileiras. Eu o fiz com a convicção de que estou servindo ao meu País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço ao Vice-Presidente da República que compreenda o tempo desta Casa. Para que tenhamos oportunidade de ouvir todos os oradores inscritos, prorrogo a sessão por mais dez minutos.

Assim, concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. Logo em seguida, darei a palavra ao último orador, Senador Aelton Freitas.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, Ministro Ciro Gomes, Srªs e Srs. Senadores, naturalmente pela complexidade e pela envergadura do projeto, apesar de tudo que já foi dito aqui com a maior propriedade, ainda não é possível esgotar o assunto. As questões de natureza social, econômica e, sobretudo, política, Sr. Vice-Presidente, são muito amplas num projeto dessa natureza.

A integração de bacias não é novidade no mundo, principalmente no mundo civilizado. Vemos de muito bom grado essa coragem cívica e política do Governo de enfrentar esse enorme desafio que já vem sendo discutido há muito, envolvendo a transposição do rio São Francisco e, posteriormente, a integração das bacias com a doação do Estado do Tocantins. Evidentemente, o rio São Francisco é uma dádiva da natureza, sobretudo para o Nordeste, mas está com seu uso humano esgotado para irrigação e geração de energia elétrica.

Neste momento, Sr. Presidente, falo com muita alegria em nome do meu Estado, do povo do Tocantins, que, aquinhoado pela natureza, pode efetivamente dar uma contribuição muito grande nesse processo de integração de bacias ao projeto que propõe melhorar a qualidade de vida da valorosa gente nordestina.

O Tocantins pode, primeiramente, contribuir com o suprimento de energia elétrica que já está saturado no rio São Francisco; quem sabe diminuindo a produção de energia elétrica do rio São Francisco, o uso da água, quer para projetos de irrigação, quer para a produção de bens e alimentos, quer para o consumo humano, pode ser ampliado? E, depois, com a transposição de um percentual de água dos nossos mananciais, o cogitado rio do Sono.

Sei que este projeto poderá ser ampliado e, talvez, não só a região do São Francisco, mas – como mencionou o eminente Senador do Piauí – outras regiões do Nordeste poderão participar do enriquecimento do volume de águas.

Com muita satisfação, em meu nome, em nome dos meus companheiros que representam o Tocantins nesta Casa – Senadores João Ribeiro e Eduardo Siqueira Campos – e também em nome da nossa gente devo dizer que nos sentimos exultantes com a

hipótese de poder dar essa contribuição inestimável à valorosa gente do Nordeste.

Cumprimento V. Exª pela coragem e convicção demonstradas ao capitanear este projeto extraordinário para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao último orador, o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, José Sarney, Sr. Vice-Presidente da República, sempre Senador José Alencar, Exmo Sr. Ministro Ciro Gomes, Srªs e Srs. Senadores, tenho o privilégio de chamar o ilustre Vice-Presidente de amigo. Quero, em primeiro lugar, confessar que é uma enorme responsabilidade substituir nesta Casa um político, um homem público da envergadura do eminente Vice-Presidente. A passagem de S. Exª por esta Casa, do Sr. Vice-Presidente José Alencar, foi marcante e está registrada com louvor nos Anais do Senado Federal. Não é uma missão fácil, mas tenha a certeza, que não tem faltado esforços de minha parte para dignificar e sempre o seu nome.

A respeito do debate de hoje, avalio que o Presidente Lula acertou em cheio ao delegar a V. Exª o comando desse projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

Lembro-me de que a sua postura nesta Casa foi fundamental na aprovação da PEC nº 27, de 2001, que institui o Fundo para Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco, que hoje tramita na Câmara dos Deputados e temos a certeza de que será aprovada e muito útil para o povo do Nordeste.

Não resta dúvida de que o primeiro passo para viabilizar a transposição de maneira adequada, é promover uma real recuperação do rio, recompondo matas ciliares e vegetações rasteiras, além de obras de captação em bacias limítrofes.

A transposição das águas não é apenas uma discussão federativa, mas uma necessidade social brasileira. Não me passa pela cabeça, Sr. Vice-Presidente José Alencar, que os Governos com tantas figuras competentes em seus quadros não consigam planejar e executar uma obra de grande vulto, em total conformidade técnica com a preservação do meio ambiente.

A discussão é ampla, complexa e preocupa a todos nós, mas acredito que temos totais condições de chegar a um consenso em torno de uma solução viável para Minas, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Ceará, enfim, todos os Estados envolvidos.

O ilustre companheiro pode contar comigo no que precisar para que esse projeto saia do papel, trazendo benefícios sociais que uma parte expressiva da nossa população necessita.

Conheço muito seu trabalho, principalmente como presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). S. Exª quis criar o primeiro Clube de Assistência ao Trabalhador (CAT) de Minas e em apenas dois anos deixou 40 grandes unidades naquele Estado.

Vi aqui a reivindicação do Senador Alberto Silva e, pelo que conheço de S. Exª, pela atenção que deu à matéria, tenho certeza de que trabalhará incessantemente também para que esse projeto se torne realidade.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, desejo-lhe muito sucesso nesta empreitada de grande importância para o País, levada a efeito por V. Ex.ª, pelo Ministro Ciro Gomes e por todos os Ministros envolvidos.

Contem sempre comigo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Chegamos à última etapa de nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente José Alencar, para que S. Exª faça suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, anotei aqui os nomes dos eminentes Senadores a quem não respondi de imediato. São os seguintes: Senador Marcelo Crivella, Senador José Maranhão e Senador Teotonio Vilela Filho. Agradeço a todos a participação.

O Senador Teotonio Vilela Filho falou nos 10.600 megawatts de energia que produz a região a jusante de Sobradinho, que acabou por retirar da foz do rio os nutrientes que eram levados nas épocas de cheia – hoje já não há cheias, tendo em vista a regularidade das vazões a partir de Sobradinho.

Estou dizendo isso porque é bom que se diga que não há nada a ver com o projeto que se deseja realizar. Esse problema aconteceu na foz do rio, é verdade. Ali houve também problemas com o fenômeno da piracema, que foi interrompido. Tudo isso é agressão ambiental, agressão à natureza.

Eu disse no início da apresentação que, a rigor, toda obra de engenharia agride a natureza. O importante é ter a capacidade de arrolar os fatores positivos e os negativos para ver se vale a pena o projeto. Também prestei atenção às palavras do Senador José Jorge. S. Ex.ª fez algumas perguntas, que estou levando e vou respondê-las. Parece-me que são sete, todas elas pertinentes e serão respondidas como o maior respeito às preocupações de S. Ex.ª.

A eminente Senadora Heloísa Helena disse que já é muito recompor as matas ciliares. Gostaria de di-

zer que – naturalmente estamos nos referindo não só aos brasileiros do nordeste, mas aos do sudeste, do sul, do norte e do centro-oeste que estão nos ouvindo e vendo pela televisão –, de fato, a Senadora Heloísa Helena abordou um aspecto de grande relevância, qual seja, que apenas a revitalização das matas ciliares já é muita coisa, o que, de fato, é. Mas, da forma como falou, ainda que não quisesse dizer isso, pode parecer que seja contra o projeto como um todo. Não! Ela pensa que o projeto é um esforço gigantesco e que, provavelmente, não esteja, vamos dizer, ao nosso alcance. Somente a revitalização de matas ciliares já significa muito.

Então, gostaria de dizer à Senadora Heloísa Helena que tivemos o cuidado de trocar idéias com, por exemplo, técnicos da Embrapa. Eles irão incumbir-se, e têm condições para isso, de indicar e recomendar todas as essências nativas para cada região da revitalização das matas. Temos que nos lembrar de que há propriedades ao longo de todos os rios. Então, cada fazendeiro tem ali uma testada para o rio São Francisco. Vamo-nos referir ao rio São Francisco, mas poderíamos acrescentar também alguns afluentes que serão objetos de preocupação do projeto como um todo. Então, um fazendeiro tem uma testada para o rio São Francisco. Vamos admitir que uma fazenda grande tenha um quilômetro de testada, outras, cinco quilômetros, dez quilômetros, mas há umas que são de cem metros ou quinhentos, são testadas para o rio São Francisco. É claro que pode haver um trabalho de participação de todos esse proprietários que estão na margem do rio, os quais receberão a orientação técnica da Embrapa para o tipo de essência que será plantada na margem do rio, não só no sistema de reflorestamento, como também na vegetação rasteira ciliar. Por exemplo, um técnico de Minas Gerais enviou uma carta dizendo que, ao revitalizar as matas ribeirinhas ou a vegetação ciliar, recomendava o chamado "capim capivara", que trança na barranca do rio, que nada tira aquele capim, e não há nada melhor para proteger a barranca. Confesso que não sei o que é o capim capivara, mas vou procurar informações sobre esse tipo de vegetação.

Observem o interesse que há em realizar um trabalho dessa natureza. É claro que apenas o José Alencar fazer toda a recomposição de vegetação ciliar é muito difícil. Mas vamos dividir o trabalho com os proprietários, que poderão – quem sabe? –, no bojo do projeto, receber algum incentivo governamental que lhes permita realizar o trabalho de recomposição das matas. É, de fato, um grande projeto, mas não é bicho-de-sete-cabeças e está ao nosso alcance. Mas é preciso que haja vontade e coragem para realizá-lo. E essa vontade e coragem nós temos, pois somos jovens. Temos coragem. Queremos estar aqui em 2025 para ver os resultados, acompanhar o que está sendo feito e, provavelmente, participar da transposição das águas do rio Tocantins, no Maranhão, na cidade de Carolina, a fim de levar água para o Ceará. A partir de 2025, essas águas que vamos levar já não serão suficientes, porque haverá um crescimento também das necessidades.

Vi com grande alegria, também, a participação do Senador Leomar Quintanilha, do Tocantins. É admirável essa posição, essa postura, essa vontade do Estado de Tocantins em colaborar para o enriquecimento da Bacia do São Francisco. Não tem nada a ver com o São Francisco. São Bacias diferentes que vão transpor um divisor de águas no sentido longitudinal norte-sul e para alcançar a Bacia do São Francisco. Trata-se de um projeto maravilhoso que vai atender também ao nordeste da Bahia, além de dar condições de navegabilidade ao rio Preto, que é um dos grandes objetivos da Bahia, tendo em vista a enorme produção daquela área do oeste, que alcança também o Vale do Gurguéia, no Piauí, com grande potencialidade de produção.

Temos que começar a fazer alguma coisa para integrar melhor esse maravilhoso patrimônio de água que possuímos no Brasil e levar aos brasileiros menos aquinhoados algum trabalho. Sabemos que os 400 quilômetros de Pernambuco, de margem do rio São Francisco, são do rio. Ele não precisa de transposição ali. E lá também há muitas famílias que precisam da água. Da mesma forma no meu Estado, da mesma forma na Bahia. Mas isso não significa que não reconheçamos as condições menos favoráveis do Nordeste setentrional, do semi-árido setentrional, porque lá as questões são mais duras. Aquilo que vamos tirar do São Francisco, a jusante da barragem de Sobradinho para atender ao semi-árido setentrional, não fará falta ao rio São Francisco. É natural que no Baixo São Francisco, em Alagoas e em Sergipe, a situação seja um pouco diferente. Pode ser que estejamos retirando a jusante de Sobradinho, mas a montante do Baixo São Francisco. Mas isso não significa redução da vazão a ponto de prejudicar qualquer uso da água no Estado.

Houve um colega – parece-me que o Senador Teotonio Vilela – que falou que o rio está entregando ao mar de 1.800 a 2.000 m³/s. E é verdade, ainda que aquelas águas estejam já esterilizadas, como S. Exª falou, mas não tem nada a ver com o projeto que estamos realizando. Ao contrário, as águas que se pretende levar para o sertão de Alagoas saem da barragem de Sobradinho, e essa não está esterilizada, as águas têm fertilidade.

Trata-se de projeto importantíssimo para o Brasil. É preciso que o conheçamos. Todas as pessoas que tenham alguma dúvida com relação ao projeto estão convidadas por mim, como coordenador do

grupo de trabalho, a fazerem parte desse nosso trabalho. Não tenho poder para nomear cada um para o grupo de trabalho, composto de cinco Ministérios, com a nossa coordenação. Porém, tenho o direito, por força do próprio decreto, de convidar as pessoas representantes de cada Estado. Gostaria de convidar todas as pessoas que queiram participar e que mantenham relações com o nosso gabinete, e todas terão o endereço das pessoas que poderão dar respostas, porque precisamos dessa participação.

O Senador Alberto Silva mencionou um projeto de S. Exª para o Piauí, de 10 m³ por segundo. Gostaria de receber esse projeto e estender esse convite ao engenheiro, eminente Senador Alberto Silva – e mais, engenheiro de Minas Gerais, porque é formado em Minas Gerais, numa das escolas mais importantes de Minas. De maneira que gostaria que ele também participasse conosco desse esforço, e quero receber essas sugestões desse projeto.

Agradeço ao eminente Senador e Governador Tasso Jereissati pelas palavras com que me homenageou e pela presença nesta Casa, que já é uma homenagem, desse ilustre homem público brasileiro.

Agradeço também ao meu bom amigo e eminente companheiro de luta aqui no Senado da República, Senador Pedro Simon, pelas suas palavras. Participamos de muitas empreitadas aqui, juntos, e tenho por S. Exª uma admiração muito grande e agradeço-lhe muito a sua participação.

Gostaria de agradecer ao Senador Aelton Freitas, que é meu companheiro de Minas Gerais, foi meu companheiro de chapa e está hoje me substituindo com vantagem, para Minas e para o Senado, porque o S. Exª é bom. Foi bom desde sempre, como companheiro de Partido, como companheiro de campanha e, hoje, como sucessor que engrandece o nosso Estado e o representa muito bem aqui no Senado da República.

Quero terminar, reiterando o meu maior agradecimento ao Presidente José Sarney, que me honrou com o convite para estar aqui, dedicando todo o tempo a esta sessão prolongada – já são mais de 19 horas. S. Exª esteve presente, e fiquei até preocupado porque poderia ser que tivesse – e é muito certo que sim – algum outro compromisso, mas S. Exª fez questão de estar aqui todo o tempo.

A Senadora Heloísa Helena está pedindo a palavra? Se for aparte, está concedido.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Então, inauguramos uma nova metodologia para fazer apartes, Sr. Presidente. Eu pediria a palavra pela ordem, mas como V. Exª me liberou o aparte, quero fazer apenas uma pequena conclusão: Senador e Vice-Presidente José Alencar, a perseverança de V. Exª é grande demais para que o meu desafio seja apenas a recomposição das matas ciliares, a conclusão dos projetos de irrigação e, portanto, de aproveitamento das águas do rio São Francisco no Vale do São Francisco, 100% de saneamento para os 503 Municípios do Vale do São Francisco e investimento em outros componentes de matriz energética, em função da clara vulnerabilidade do sistema de geração de energia do nosso rio São Francisco. Portanto, o desafio é maior, porque a sua perseverança é grande.

O SR. JOSÉ ALENCAR – V. Exª ouviu o eminente Senador Alberto Silva revelar que, quando saía de casa, meu pai recomendava que eu estudasse aritmética. Estudei aritmética. Então, sei mensurar o tamanho das coisas, transformadas em dificuldades de custo. É algo sobre o qual tenho bastante experiência. Posso tranqüilizar V. Exª. A jornada é realmente longa, mas não podemos ficar diante dela apenas encontrando dificuldades para realizá-la. Temos que enfrentá-la porque o Brasil precisa que seja realizada.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Não tenho dúvida. Nós nos encontraremos daqui a três anos para discutir as nossas aritméticas. Tenho plena confiança.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Senadora Heloísa Helena, naturalmente, compreendo as preocupações de V. Exª porque sempre a considerei uma Senadora responsável, inteligente, participativa. Sempre fui – como continuo sendo – um grande admirador do trabalho de V. Exª. No entanto, é preciso que nos libertemos daquelas posições de pessimismo.

Houve um tempo, no Brasil, que não tínhamos raça para ganhar um campeonato mundial de futebol. Nós o perdemos no Maracanã, em 1950, e a justificativa nacional de pessoas pessimistas era a de que o Brasil não possuía raça para ganhar um campeonato de futebol.

Pois bem, em 1955 ganhou a eleição para a República um mineiro chamado Juscelino Kubitschek de Oliveira, que realizou uma obra fantástica, fez Três Marias, Furnas, Brasília, a Belém/Brasília, a Brasília/Acre. Só que naquele tempo o instrumento mais rudimentar que existia, a enxada, era importada da Inglaterra, não produzíamos enxadas; as carrocerias dos nossos ônibus, não os chassis, eram importadas. Então, aceitávamos a idéia de que não éramos capazes.

Hoje não podemos voltar àquele tempo, e me preocupa isso. O Brasil precisa despertar-se para obras importantes com probidade, com seriedade,

com intransigência em relação ao trato da coisa pública. É isso! Não tenho nenhuma necessidade material a ser atendida na vida pública, ingressei nela tentando trazer alguma contribuição oriunda da minha experiência. É o que estou fazendo.

É claro que compreendemos que Alagoas é um dos Estados da bacia. Portanto, o rio pertence também a Alagoas, mas é preciso que o Estado esteja também absolutamente parceira desse trabalho, porque isso é bom para o Estado. Incluímos no projeto alguma coisa que contempla o sertão de Alagoas. Acolhemos algumas obras que já foram iniciadas em Alagoas, assim como no Ceará, Sergipe, Minas Gerais e Bahia. São obras iniciadas que precisam ser concluídas e que serão abraçadas no bojo do projeto. Essa é a nossa intenção. Tenho conversado com o Ministro Ciro Gomes a respeito disso. Não estamos cuidando disso sozinhos. Temos uma equipe não apenas do Ministério da Integração Nacional. Também há outros Ministérios que fazem parte do grupo de trabalho: os Ministérios da Fazenda, da Casa Civil, do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do Ministério do Meio Ambiente. Por quê? Porque, por exemplo, a Agência Nacional de Águas pertence ao Ministério do Meio Ambiente e está participando conosco ativamente, fazendo trabalhos por escrito e dando-nos importantes sugestões. Estamos começando. Alguém me perguntou: mas e o cronograma? Que dia começa? Alguns já querem ver essa água atravessando toda a região. É natural que isso esteja acontecendo, e vai acontecer. Agora cada coisa ao seu tempo.

Sempre que falo na Bíblia, pensam que sou evangélico. Sou católico, também falo da Bíblia, especialmente do Novo Testamento. Sou do PL, onde há muitos bons companheiros evangélicos. Sou católico, batizado na Igreja Católica. A verdade é a seguinte: no Velho Testamento há um livro chamado **Eclesiastes**, que diz: "há um tempo para cada coisa". Agora é tempo de coordenarmos todos os trabalhos e pleitos de cada Estado. Estive no Estado de V. Exª. Durante um tempo longo fizemos reuniões, discutimos com os ambientalistas, com todos, com a maior atenção, e vamos fazê-lo tantas vezes quantas sejam necessárias. Voltarei lá quantas vezes seja preciso para ouvir, para arregimentar todas as sugestões que possam ser acolhidas pelo projeto. É isso que estamos fazendo, é tempo disso.

Daqui a pouco será tempo de fecharmos o relatório e o entregarmos ao Presidente da República. Estará feita a nossa parte. Sua Excelência poderá dizer, se quiser: "O projeto pertence ao Ministério da Integração Nacional e pedirei ao Vice-Presidente que continue trabalhando com um instrumento qualquer que lhe dê condições de colaborar". Trabalharei com o mais humilde dos instrumentos ao lado do Ministro Ciro Gomes, mesmo que seja, quem sabe, uma enxada, porque será preciso remover terra. Como não tenho trator, pode ser que eu possa ajudar com uma enxada.

Quero ajudar no projeto, porque acredito nele. E ele jamais terá um relatório assinado por mim o recomendando se houver alguma sugestão, algum impedimento plausível, algum impedimento que seja absolutamente procedente que – vamos dizer – derrote a idéia. Sou humilde o suficiente, graças a Deus, para voltar atrás e dizer que fui convencido de que o projeto não vale a pena.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por essa oportunidade que nos foi dada para trazer e discutir as idéias no Senado da República, a Casa que representa o interesse da Federação, dos Estados brasileiros.

Posso dizer que há nove Estados diretamente interessados nisso, além de Tocantins e do Distrito Federal e de Goiás, que fazem parte da Bacia do São Francisco. Então, na verdade, são 12 ou 13 Unidades Federadas interessadas diretamente na execução desse projeto, obviamente, se ele se viabilizar do ponto de vista técnico e do ponto de vista ecológico e social.

Muito obrigado.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Agradeço a presença do Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, aqui no Senado.

S. Exª é testemunha, nesta sessão, do carinho, do apreço e da atenção com que a Casa o ouviu. Por quase cinco horas estivemos envolvidos nesse debate tão construtivo. Estou certo de que a visita de V. Exª nesta Casa, nesta tarde, foi um os pontos altos dessa nossa Sessão Legislativa. O que V. Exª teve oportunidade de dizer constitui um excelente e valioso subsídio, que melhorará, sem dúvida, cada vez mais o debate deste tema tão fascinante de ajudar o problema da seca do Nordeste e da transposição das águas do rio São Francisco.

V. Exª também deve recolher desta sessão o carinho dos seus antigos colegas, sabendo do seu grande trabalho ao passar por esta Casa, onde exerceu o mandato com respeito, com dedicação e com espírito público.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h17min.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 102 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o *Regulamento Administrativo do Senado Federal, RESOLVE:*

I - Substituir o servidor **Fernando Teixeira Alves -** , mat. 522-4 SEI, pelo servidor **Arlindo Arinos Porto, Mat. 469-4**, para integrar como membro a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 73, de 2003 – DGER, com o objetivo de levantar, propor e implementar uma solução de descontinuação para a plataforma mainframe.

II - Designar a servidora **Denize Lopes Menezes**, mat. 0526- 7 SEI, para secretariar a referida Comissão.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.,

Senado Federal, 4 de setembro de 2003.

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4689 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015.701/03-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SILVÂNIA DIAS DA SILVA**, matrícula n.º 33.104, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador João Ribeiro, a partir de 03/09/2003.

Senado Federal, em 3 de setembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4690 , DE 2003

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento do Senado Federal, para o exercício de 2003.

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Ato nº 50, de 07/10/1996 do **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover, na forma dos Anexos I e II deste Ato, modificações nas Modalidades de Aplicação da dotação orçamentária do Senado Federal, aprovada por meio da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.

Parágrafo único - As modificações a que se refere este artigo têm por finalidade o custeio do pagamento da cota-parte da anuidade devida pelo Senado Federal ao Parlamento Latino-Americano.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de setembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ANEXO I

02.101 - SENADO FEDERAL

EM REAL

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL				
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.031.0551.4061 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE 01.031.0551.4061.0001 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.3.90.00	100	65.000,00	65.000,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			TOTAL
65.000,00	65.000,00			65.000,00

ANEXO II

02.101 - SENADO FEDERAL

EM REAL

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL				
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.031.0551.4058 - ASSISTÊNCIA A ENTIDADES DE INTERCÂMBIO LEGISLATIVO, PARLAMENTAR E POLÍTICO 01.031.0551.4058 .0001- ASSISTÊNCIA A ENTIDADES DE INTERCÂMBIO LEGISLATIVO, PARLAMENTAR E POLÍTICO	3.3.80.00	100	65.000,00	65.000,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			TOTAL
65.000,00	65.000,00			65.000,00

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4691 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015550/03-6,

RESOLVE designar a servidora MAGNA LUCIA GUEDES DE MELO GADELHA, matrícula 3198, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Romero Jucá, a partir de 01 de setembro de 2003.

Senado Federal, 4 de setembro de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

APOSTILA

O Ato nº 1376/96, do Diretor-Geral do Senado Federal, para incluir a vantagem do Artigo 190, da Lei nº 8.112/90.

Senado Federal, em 4 de setembro de 2003

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

APOSTILA

O Ato nº 260/93, do Presidente do Senado Federal, para incluir a vantagem do Artigo 190, da Lei nº 8.112/90.

Senado Federal, em 4 de setembro de 2003

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços - SSACCS/SECOSE

OF/SSACCS 251/2003 Brasília, 04 de setembro de 2003.

Senhor Diretor,

O Senado Federal realizou convênio com a **Caixa Econômica Federal, agência Congresso, nº 005**, com a finalidade de concerder empréstimos mediante consignação em folha de pagamento, a servidores do Senado Federal e Secretaria Especial de Informática – SEI, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Conforme regem os termos pactuados, este deverá ser publicado no Diário do Senado Federal, como condição de eficácia dos atos.

Desta forma, solicito-lhe os préstimos no sentido de proceder à supracitada publicação, encaminhando-lhe, para tanto, as informações abaixo:

OBJETO:
Concerder empréstimos mediante consignação em folha de pagamento, a servidores do Senado Federal e Secretaria Especial de Informática – SEI, com mais de seis meses de exercício no cargo.

REPRESENTANTE PELO SENADO FEDERAL
Diretor Geral
Agaciel da Silva Maia

CONVENENTE:
Caixa Econômica Federal, agência Congresso, nº 005.
Convênio nº CN20030018
Processo nº 014.778/03-3
Vigência: 06/09/2004
Representante Legal: Hermínio Basso

Atenciosamente,

DIMITRIOS HADJINICOLAOU
Diretor da SSACCS

Ao Sr.
SÉRGIO BARROS DE CASTRO
Diretor da Subsecretaria de Ata / SSATA
Senado Federal

CONVÊNIO 0018/2003 -

(PROCESSO Nº 014.778/03-3)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E A CAIXA ECONOMICA FEDERAL, PARA EMPRÉSTIMOS A SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, com sede na agência Congresso nº 005 Brasília, Capital Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, telefone nºs 225-4427 e 994-9461, doravante designada **CONVENIADA,** neste ato representada por seu Superintendente de Negócios - Escritório de Negócios Institucional Congresso, HERMÍNIO BASSO, CI nº 3073272, SSP/PR, CPF nº 393.339.819-34, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal e Secretaria Especial de Informática-SEI, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos nºs 3.297, de 17 de dezembro de 1999 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e os Atos da Comissão Diretora do Senado Federal nºs 07, de 2001, e 25, de 2003, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto possibilitar à **CONVENIADA,** respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal e Secretaria Especial de Informática-SEI, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto nº 3.297/99.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pela **CONVENIADA,** fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Proposta/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos dos Serviços de Pagamento de Pessoal e do Pagamento de Inativos, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito à **CONVENIADA,** a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência da **CONVENIADA,** especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Da **CONVENIADA** será cobrado mensalmente a quantia de R$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por linha impressa no contracheque de cada servidor Proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações, conforme preceitua o art. 13 do Decreto nº 3.297/99.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá à **CONVENIADA** a indicação de responsável técnico de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL**.

Parágrafo único - Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 19 do Decreto nº 3.297/99, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a recolher à **CONVENIADA,** mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto nº 3.297/99, em sua conta-corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, à **CONVENIADA,** na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo primeiro - Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

Parágrafo segundo - As disposições acima descritas, aplicam-se automaticamente aos casos de sinistro envolvendo o falecimento do servidor, transferindo-se as obrigações de que trata esta cláusula ao respectivo espólio.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, **30** (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as

obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTOS DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único – A consignação relativa à amortização de empréstimo somente pode ser cancelada com a aquiescência do servidor e da consignatário, nos termos do inciso II do art. 18 do Decreto nº 3.297/99.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 07, de 2001, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos nºs 3.297, de 17 de dezembro de 1999 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições da Lei n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília, 04 de SETEMBRO de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

HERMÍNIO BASSO
CPF nº 393.339.819-34
RG: 3073272 SSP/PR
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Diretor da SADM

Diretor da SSACCS

Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços - SSACCS/SECOSE

OF/SSACCS 252/2003 Brasília, 04 de setembro de 2003.

Senhor Diretor,

O Senado Federal realizou convênio com a **Caixa Econômica Federal, PAB-SEEP**, com a finalidade de concerder empréstimos mediante consignação em folha de pagamento, a servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Conforme regem os termos pactuados, este deverá ser publicado no Diário do Senado Federal, como condição de eficácia dos atos.

Desta forma, solicito-lhe os préstimos no sentido de proceder à supracitada publicação, encaminhando-lhe, para tanto, as informações abaixo:

OBJETO:
Concerder empréstimos mediante consignação em folha de pagamento, a servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

REPRESENTANTE PELO SENADO FEDERAL
Diretor Geral
Agaciel da Silva Maia

CONVENENTE:
Caixa Econômica Federal, PAB-SEEP.
Convênio nº CN20030019
Processo nº 014.778/03-3
Vigência: 06/09/2004
Representante Legal: Hermínio Basso

Atenciosamente,

DIMITRIOS HADJINICOLAOU
Diretor da SSACCS

Ao Sr.
SÉRGIO BARROS DE CASTRO
Diretor da Subsecretaria de Ata / SSATA
Senado Federal

CONVÊNIO 0019/2003-

(PROCESSO Nº 014.778/03-3)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E A CAIXA ECONOMICA FEDERAL, PARA EMPRÉSTIMOS A SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O **SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, com sede no PAB/SEEP, Senado Federal, Brasília, Capital Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, telefone nºs 311-3822 e 224-8146, doravante designada **CONVENIADA,** neste ato representada por seu Superintendente de Negócios - Escritório de Negócios Institucional Congresso, HERMÍNIO BASSO, CI nº 3073272, SSP/PR, CPF nº 393.339.819-34, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos nºs 3.297, de 17 de dezembro de 1999 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e os Atos da Comissão Diretora do Senado Federal nºs 07, de 2001, e 25, de 2003, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto possibilitar à **CONVENIADA,** respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto nº 3.297/99.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pela **CONVENIADA,** fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Proposta/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos dos Serviços de Pagamento de Pessoal e do Pagamento de Inativos, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito à **CONVENIADA,** a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência da **CONVENIADA,** especificada na Cláusula Segunda.

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Da **CONVENIADA** será cobrado mensalmente a quantia de R$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por linha impressa no contracheque de cada servidor Proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações, conforme preceitua o art. 13 do Decreto nº 3.297/99.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá à **CONVENIADA** a indicação de responsável técnico de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL.**

Parágrafo único - Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 19 do Decreto nº 3.297/99, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a recolher à **CONVENIADA,** mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto nº 3.297/99, em sua conta-corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, à **CONVENIADA,** na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo primeiro - Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

Parágrafo segundo - As disposições acima descritas, aplicam-se automaticamente aos casos de sinistro envolvendo o falecimento do servidor, transferindo-se as obrigações de que trata esta cláusula ao respectivo espólio.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, **30** (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as

obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTOS DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único – A consignação relativa à amortização de empréstimo somente pode ser cancelada com a aquiescência do servidor e da consignatário, nos termos do inciso II do art. 18 do Decreto nº 3.297/99.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 07, de 2001, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos nºs 3.297, de 17 de dezembro de 1999 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições da Lei n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília, 04 de SETEMBRO de 2003.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

HERMÍNIO BASSO
CPF nº 393.339.819-34
RG: 3073272 SSP/PR
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Diretor da SADM

Diretor da SSACCS

U:\SECOSE\SECOSE2003\Minutas\Convenio\CAIXA.ECONÔMICAdoc

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52 ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL - Rodolpho Tourinho
PFL Antonio Carlos Magalhães
PFL - César Borges

RIO DE JANEIRO

PT - Roberto Saturnino
PL - Marcelo Crivella
PMDB - Sérgio Cabral

MARANHÃO

PMDB - João Alberto Souza
PFL - Edison Lobão
PFL - Roseana Sarney

PARÁ

PMDB - Luiz Otávio
PT - Ana Júlia Carepa
PTB - Duciomar Costa

PERNAMBUCO

PFL - José Jorge
PFL - Marco Maciel
PSDB - Sérgio Guerra

SÃO PAULO

PT - Eduardo Suplicy
PT - Aloizio Mercadante
PFL - Romeu Tuma

MINAS GERAIS

PL - Aelton Freitas
PSDB - Eduardo Azeredo
PMDB - Hélio Costa

GOIÁS

PMDB - Íris de Araújo
PFL - Demóstenes Torres
PSDB - Lúcia Vânia

MATO GROSSO

PSDB - Antero Paes de Barros
PFL - Jonas Pinheiro
PT - Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL

PMDB - Pedro Simon
PT - Paulo Paim
PTB - Sérgio Zambiasi

CEARÁ

PSDB - Reginaldo Duarte
PPS - Patrícia Saboya Gomes
PSDB - Tasso Jereissati

PARAÍBA

PMDB - Ney Suassuna
PFL - Efraim Morais
PMDB - José Maranhão

ESPÍRITO SANTO

PPS - João Batista Motta
PMDB - Gerson Camata
PL - Magno Malta

PIAUÍ

PMDB - Alberto Silva
PFL - Heráclito Fortes
PMDB - Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE

PTB - Fernando Bezerra
PMDB - Garibaldi Alves Filho
PFL - José Agripino

SANTA CATARINA

PFL - Jorge Bornhausen
PT - Ideli Salvatti
PSDB - Leonel Pavan

ALAGOAS

PT - Heloísa Helena
PMDB - Renan Calheiros
PSDB - Teotônio Vilela Filho

SERGIPE

PFL - Renildo Santana
PDT - Almeida Lima
PSB - Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS

PMDB - Gilberto Mestrinho
PSDB - Arthur Virgílio
PDT - Jefferson Peres

PARANÁ

PSDB - Alvaro Dias
PT - Flávio Arns
PDT - Osmar Dias

ACRE

PT - Tião Viana
PSB - Geraldo Mesquita Júnior
PT - Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL

PMDB - Juvêncio da Fonseca
PT - Delcídio Amaral
PMDB - Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL

PMDB - Valmir Amaral
PT - Eurípedes Camargo
PFL - Paulo Octávio

TOCANTINS

PSDB - Eduardo Siqueira Campos
PFL - João Ribeiro
PFL - Leomar Quintanilha

AMAPÁ

PMDB - José Sarney
PSB - João Capiberibe
PMDB - Papaléo Paes

RONDÔNIA

PMDB - Amir Lando
PT - Fátima Cleide
PMDB - Valdir Raupp

RORAIMA

PPS - Mozarildo Cavalcanti
PDT - Augusto Botelho
PMDB - Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.
Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfiliou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..
Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.
*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pìnheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) – SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior

PRESIDENTE: Senador
VICE-PRESIDENTE: Senador

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)			
Marcelo Crivella (PL)	RJ-5077/5078	1 - Duciomar Costa (PTB)	PA-2341/2342
João Capiberibe (PSB)	AP-2441-2446	2 - Aelton Freitas (PL)	MG-4621/4018
Fátima Cleide (PT)	RO-2391-2397	3 - Flávio Arns (PT)	PR-2401/2405
PMDB			
Hélio Costa	MG-2244/2245	1 - Ramez Tebet	MS-2221/2224
Luiz Otávio	PA-3050/4393	2 - Juvêncio Da Fonseca	MS-1128/1228
PFL			
Marco Maciel	PE-5710-5724	1 - Roseana Sarney	MA-3069/3070
Rodolpho Tourinho	BA-3173/3174	2 - Renildo Santana	SE-1306/4055
PSDB			
Eduardo Azeredo	MG-2321-2323	1 - Antero Paes de Barros	MT-4061/1146

Reuniões:
Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777
Sala nº 5/B – CEP 70100-000

Sala nº 07 – Ala Sen. Alexandre Costa
Tel. da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546
E-mail: sscomcre@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA [2]
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES [2]

PMDB					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL[5]					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges [4]	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana [4]	SE	1306
PT[1]					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago)[8]			3. Eduardo Suplicy [3]	SP	3213
PSDB[5]					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago)[7]			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB[1]					
(Vago)[6]			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB[1]**, PL**[1] **e PPS**					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago)[9]		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 13.08.2003)

Notas:
[1] Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.
[2] Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.
[3] Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.
[4] Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.
[5] Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.
[6] Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.
[7] Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.
[8] Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.
[9] Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.08.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO [1]

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:
[1] Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001
2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko[4]
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior[4]

PMDB	UF	RAMA
(Vago)[8]		
PFL [6]		
Senadora Roseana Sarney [1]	MA	3070
PT [5]		
Senadora Serys Slhessarenko [1]	MT	2291
PSDB [6]		
Senadora Lúcia Vânia [1]	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho [3]	RR	2041
PTB [5]		
Senador Papaléo Paes [1-7]	AP	3253
PSB [5]		
Senador Geraldo Mesquita Júnior [2]	AC	1078
PL [5]		
Senador Magno Malta [1]	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes [1]	CE	2301

Atualizada em 15.8.2003

Notas:
[1] Designados na Sessão do SF de 26.2.2003
[2] Designado na Sessão do SF de 7.3.2003
[3] Designado na Sessão do SF de 11.3.2003
[4] Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.
[5] Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.
[6] Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.
[7] Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.
[8] Vaga ocupada até 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se, nessa data, tendo em vista o retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato [1]: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PSDB-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	**1º SECRETÁRIO** Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	**2º SECRETÁRIO** Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	**3º SECRETÁRIO** Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	**4º SECRETÁRIO** Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	**LÍDER DA MAIORIA** (aguardando definição)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	**LÍDER DA MINORIA** Senador Efraim Morais (PFL-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:
[1] De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

.

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO[1] **Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO)[2]
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:
[1] Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.
[2] Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	**Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON**
Secretário-Geral: **Senador RODOLPHO TOURINHO**	**Secretário-Geral Adjunto:** **Senador ROBERTO JEFFERSON**

MEMBROS NATOS [1]	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	**Deputada ZULAIÊ COBRA** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) [2]	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) [6]
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL [3]	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB [3]	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) [7]	Vago [8]
PPS [4]	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) [5]	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS [4]	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:
[1] Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.
[2] O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).
[3] Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).
[4] vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.
[5] Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
[6] Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
[7] Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
[8] Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154
cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY [1]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA **Deputado NELSON PELLEGRINO** (PT-BA)	**LÍDER DA MAIORIA** ***(aguardando definição)***
LÍDER DA MINORIA **Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL-BA)	**LÍDER DA MINORIA** **Senador EFRAIM MORAIS** (PFL-PB) [3]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL **Deputada ZULAIÊ COBRA** (PSDB-SP)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** **Senador EDUARDO SUPLICY** (PT [2] -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

[1] Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

[2] Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

[3] Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo **Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8**, ou **recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450**, a favor do **FUNSEEP**, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS